

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**MAYARA RAYANA MARTINS DA SILVA
MUSSÚ BÁ MAMADI MANÉ**

**O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE
GRADUAÇÃO – PEC-G NA UFSC: Uma Avaliação da
Identidade Social dos Estudantes Estrangeiros Africanos**

Florianópolis
2018

**MAYARA RAYANA MARTINS DA SILVA
MUSSÚ BÁ MAMADI MANÉ**

**O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE
GRADUAÇÃO – PEC-G NA UFSC: Uma Avaliação da
Identidade Social dos Estudantes Estrangeiros Africanos**

Trabalho de Curso apresentado à Disciplina CAD 7305 como requisito parcial para obtenção do grau Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Enfoque: Monográfico

Área de concentração: Gestão Universitária; Formação e Qualificação de Estudantes Estrangeiros; Assistência Estudantil

Orientador: Prof. Dr. Paulo O. Garrido

Coorientador: Prof. Dr. Irineu Manoel de Souza

Florianópolis
2018

**MAYARA RAYANA MARTINS DA SILVA
MUSSÚ BÁ MAMADI MANÉ**

**O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE
GRADUAÇÃO – PEC-G NA UFSC: Uma Avaliação da
Identidade Social dos Estudantes Estrangeiros Africanos**

**Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do
Título de “Bacharel em Administração” e aprovado em sua forma final pelo
Programa**

Florianópolis, 20 de novembro de 2018.

**Profa. Márcia Barros de Salles, Dra.
Coordenadora do Trabalho de Curso - TC**

Banca Examinadora:

**Prof. Dr. Paulo O. Garrido
Orientador**

**Prof. Dr. Rolf Hermann Erdmann
Avaliador**

**Prof^a. Dra. Julia F. Graeff
Avaliadora**

SILVA, Mayara Rayana Martins. MANÉ, Mussú Bá Mamadi.

O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO – PEC-G NA UFSC: Uma avaliação da Identidade social dos estudantes estrangeiros africanos. SILVA, Mayara Rayana Martins. MANÉ, Mussú Bá Mamadi. Orientador: Prof. Paulo O. Garrido. Coorientador: Prof. Irineu Manoel de Souza.

75 págs.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Centro Sócio Econômico, CSE. Centro de Ciências em Administração, CAD. Florianópolis, 2018.

Inclui Referências.

1. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. 2. Identidade Social 3. Alunos Africanos. I. GARRIDO, Paulo Otolini. II. SOUZA, Irineu Manoel. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Administração. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho aos alunos do PEC-G da UFSC, que lutam pelo seu espaço como cidadãos estrangeiros e africanos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela sua graça na minha vida, e por ter me guiado até aqui. Grata a minha Mãe Elizabete Martins mesmo longe sempre acreditou no meu potencial com seus ensinamentos. Á minhas amigas da faculdade Samara Alencastro, Shauany Evellyn, Jéssica Aguiar pela parceira e companheiro de sempre. Fizeram meus dias mais felizes na UFSC. Á Lyz Teixeira por sempre ter me encorajado a seguir em frente e nunca pensar em desistir. Sou extremamente grata a você! Á Mussu por ter dado a oportunidade de desempenhar esse trabalho juntas a qual foi tão gratificante. Aos meus amigos que me acolheram e incentivaram durante essa trajetória acadêmica: Chenia Barbosa, Icaro Niculas; Delza Hora; Tamyres Ferrari; José Albino; Deborah Daniella.

MAYARA RAYANA MARTINS DA SAILVA

Agradeço primeiramente à Deus, pela vida, saúde, e por ter me guiado durante toda formação. A UFSC, pela oportunidade de realizar à minha formação profissional. A minha filha Lahanika S. B. M. Nhaga, grande presente dado por Deus, que me fez conhecer as várias dádivas divinas mesmo que ainda pequenina. À minha família pelo apoio incondicional durante a minha estada no Brasil. Em especial ao meu querido Pai Mamadi Mane (*in memorian*), mesmo não estando entre nós continua sendo minha força de vida, que sempre foi o meu maior exemplo de perseverança. Brevemente, transcrevo os sentimentos de gratidão a minha mãe Djabu Sanha, que mesmo longe, me ajudou a superar e ultrapassar as barreiras da vida. Obrigada, N'da e Sene meus queridos irmãos, por serem tão companheiros mesmo à distância. Meu muito obrigada, ao meu tio Felisberto Fode Sanha. A Amália por ter-me apresentado à sua linda mãe. A Ana Maria Borges minha mãe de coração, Ana Borges Vianna, Ana Adelina Borges e o João G. Dário (Maninho) que se tornaram minha família aqui em Florianópolis/SC.

A todos os professores do Departamento de Ciências da Administração (CAD), sem exceção. Obrigada pelos ensinamentos e por compartilharem comigo os vossos conhecimentos científicos.

A todos os amigos, especialmente o Bissan (Dontchy), a Mayara minha parceira deste trabalho, meu muito obrigada. Vocês foram fundamentais para minha formação, por isso merecem o meu eterno agradecimento.

MUSSÚ BÁ MAMADI MANÉ

Ao nosso querido e amado Orientador Dr. Paulo O. Garrido, que foi uma luz na construção deste trabalho e por ter contribuído para nossa formação acadêmica

Aos nossos Coorientador Dr. Irineu Manoel de Souza, com carisma, paciência e atenção contribuiu com este trabalho para nossa formação.

MAYARA E MUSSÚ

RESUMO

O presente trabalho pesquisa a situação identitária dos estudantes-convênio africanos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G da UFSC. O objetivo geral compreendeu: “analisar como ocorre o sistema de ingresso, a permanência, a assistência e a promoção da identidade dos estudantes-convênio africanos do PEC-G na UFSC”. A fundamentação teórica abordou, entre outros temas, as Políticas de Educação Superior, o Programa PEC-G, a Mobilidade e a Identidade Social dos Estudantes Africanos. Os Procedimentos Metodológicos classificam o estudo como uma pesquisa aplicada, qualitativa, descritiva, com pesquisa de campo, aplicação de questionários e avaliação quali-quantitativa. Os resultados apontaram que: i) a legislação do PEC-G e as ações do Governo Federal promovem uma administração gerencialista e centralizada, sem proporcionar autonomia para as universidades; ii) a Secretaria de Relações Internacionais - SINTER da UFSC, sem autonomia e recursos necessários, promove políticas e ações insuficientes para resolver a problemática dos estudantes pesquisados; iii) que os estudantes-convênio africanos do PEC-G da UFSC vivem uma crise identitária, por serem tratados com indiferença e se sentirem excluídos, enfrentando dificuldades de adaptação, além das carências de moradia, alimentação e bolsas de auxílio financeiro. Concluiu-se que as ações da UFSC são insuficientes nos campos da educação e da promoção da emancipação humana, demonstrando incapacidade para mitigar a crise de identidade e melhorar as condições de assistência aos Estudantes Africanos do PEC-G da UFSC. Ao final, o trabalho apresenta sugestões para a UFSC e para os estudantes-convênio africanos do PEC-G.

Palavras-chave: Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G.
Identidade Social. Alunos Africanos.

ABSTRACT

The present work researches the identity situation of the African agreement students of the undergraduate program of students-PEC-G of UFSC. The general objective was to analyse how the admission system, the permanence, the assistance and the promotion of the identity of the African agreement students of the PEC-G at UFSC. The theoretical Foundation addressed, among other topics, the higher education policies, the PEC-G program, the mobility and the Social identity of African students. The methodological procedures classify the study as an applied research, qualitative, descriptive, with field research, application of questionnaires and quali-quantitative evaluation. The results showed that: i) the legislation of the PEC-G and the actions of the Federal government promote a managerial and centralized administration, without providing autonomy to universities; II) The Secretariat of International Relations-sinter of UFSC, without autonomy and necessary resources, promotes insufficient policies and actions to solve the problem of the students surveyed; III) that the African agreement students of the PEC-G of UFSC live an identity crisis, because they are treated with indifference and feel excluded, facing difficulties of adaptation, besides the lack of housing, food and scholarships for financial assistance. It was concluded that the actions of UFSC are insufficient in the fields of education and the promotion of human emancipation, demonstrating inability to mitigate the identity crisis and improve the conditions of assistance to African students of the PEC-G of UFSC. At the end, the work presents suggestions for the UFSC and the African agreement students of the PEC-G.

Keywords: Student Program-Undergraduate Agreement - PEC-G. Social identity. African students.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Marcadores identitários

Figura 2 – Sexo dos pesquisadores

Figura 3 - Faixa Etária dos Pesquisados

Figura 4 – Fases do Curso que frequentam os Pesquisados

Figura 5 - País de origem dos Pesquisados

Figura 6 - Principais Dificuldades encontradas pelos Pesquisados no PEC-G da UFSC

Figura 7 - Sentimento de Indiferença por serem estrangeiros, segundo os Pesquisados no PEC-G da UFSC

Figura 8 – Sentimento de inclusão ou exclusão nos grupos, segundo os Pesquisados no PEC-G da UFSC

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias e Conceituação da Pesquisa

Quadro 2 - Matriz de Análise dos Resultados

Quadro 3 - Matriz de Análise do Decreto 7948 de 2013

Quadro 4 - Matriz de Análise dos Resultados

Quadro 5 - Matriz de Análise da SINTER/UFSC

Quadro 6 - - Pontos Fortes do Programa, segundo os Estudantes-convênio Africanos do PEC-G da UFSC

Quadro 7 - Principais Dificuldades Encontradas pelos Estudantes-convênio Africanos do PEC-G da UFSC

Quadro – 8 Propostas para a Melhoria do PEC-G da UFSC, apresentadas pelos pesquisados

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MEC - Ministério da Educação

PEC-G - O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

IES – Instituições de Ensino Superior

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Contextualização e Delimitação do Tema.....	14
2 OBJETIVOS.....	18
2.1 Objetivos geral.....	18
2.2 Objetivos específicos.....	18
2.3 Justificativa	18
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
3.1 As Políticas de Educação superior.....	20
3.2 As universidades federais brasileiras e os programas de cooperação e assistência estudantil.....	22
3.3 O Programa de Estudantes Convênio de Graduação – PEC - G.....	27
3.4 A Mobilidade, o Ingresso e Permanência de Estudantes Africanos em Instituições de Ensino Superior Brasileiras	28
3.5 Identidade Social e a Construção Identitária dos Africanos	30
3.6 Educação, Formação e Emancipação Humana	33
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
4.1 Classificação da Pesquisa	35
4.2 Percurso Metodológico: Procedimentos e Etapas da Pesquisa	35
4.3 Classificação da Pesquisa	36
4.4 Categorias da Pesquisa	37
4.5 Matriz de Análise.....	40
4.6 Amostra	41
4.7 Organizações pesquisadas.....	41
4.8 Limitações da pesquisa	42
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS (RESULTADOS)	43
5.1 Perfil das Organizações Pesquisadas	43
5.1.1 Departamento de Ciências da Administração – CAD da UFSC.....	43
5.1.2 Secretaria de Relações Internacionais da UFSC.....	44
5.2 Quanto à Legislação Federal do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação PEC-G	44
5.2.1 Quanto o Decreto 7948 de 2013.....	45
5.2.2 Quanto ao Edital PEC-G 2019	46
5.3 Avaliação do PEC-G junto à SINTER da UFSC	48
5.3.1 Matriz de Análise da SINTER	48
5.3.2 Análise dos Resultados.....	49
5.4 Quanto à Percepção dos Acadêmicos Africanos sobre o PEC-G da UFSC.....	50
5.4.1 Perfil dos Acadêmicos Africanos participantes do PEC-G	50
5.4.2 Análise dos Resultados	52
5.4.3 País de Origem dos Acadêmicos Africanos participantes do PEC-G	53
5.4.4 Quanto aos Pontos Fortes, Dificuldades, Indiferenças ou Exclusão encontradas pelos Estudantes-convênio Africanos do PEC-G da UFSC.....	54
5.4.5 Pontos Fortes do PEC-G UFSC, segundo os Estudantes-convênio Africanos	54

Pesquisados	56
5.4.6 Propostas para a melhoria PEC-G UFSC, segundo os Estudantes-convênio Africanos Pesquisados	59
5.4.7 Notas das Observações e das Entrevistas não Estruturadas.....	59
6 CONCLUSÕES E PROPOSTAS DE AÇÕES	61
6.1 Quanto ao Primeiro Objetivo Específico: Identificar o Processo percorrido pelo Aluno Africano Participante do PEC-G para Ingresso na UFSC	61
6.2 Quanto ao Segundo Objetivo Específico: Verificar como ocorre a Identidade social na legislação e no PEC-G da UFSC	61
6.3 Quanto ao Terceiro Objetivo Específico: Investigar as dificuldades encontradas pelos alunos PEC-G para frequentar o Curso de Graduação na UFSC.....	62
6.4 Quanto ao Quarto Objetivo Específico: Propor Ações para melhorar o PEC-G para os Alunos Africanos	63
REFERÊNCIAS.....	65

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo cumprir as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração e as normas da Coordenadoria de Trabalhos (TC), vinculada ao Departamento de Ciências da Administração do Centro Socioeconômico CSE/CAD, da UFSC, para atender aos quesitos para a obtenção do grau de Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Nesta introdução, são apresentadas as principais questões da problemática do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), objeto do trabalho, seguidas da pergunta de pesquisa, objetivos, e justificativas que resultaram no tema e as limitações do estudo.

1.1 Contextualização e Delimitação do Tema

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros, com oferta de vagas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES, brasileiras. (BRASIL, 2013).

Segundo o Art. 1º do Decreto nº 7.948 de 2013, que dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G, o programa:

[...] constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso. (BRASIL, 2013).

O PEC-G, foi criado em 1964, com intuito de oferecer vagas de graduação e instituições de Ensino Superior (IES), o Brasil mantém acordo de cooperação educacional e cultural a esses países em desenvolvimento. O programa atualmente é composto por 60 países, sendo 26 da África, 25 da América Latina e Caribe e 9 asiáticos. (BRASIL, 2013).

A criação do programa de estudantes de outros países surgiu com o aumento de estrangeiros no Brasil, na década de 1960. “Notou-se a necessidade de unificar as condições do intercâmbio estudantil e de garantir tratamento semelhante aos estudantes por partes das universidades”. (BATISTA, 2015, p.20).

O PEC-G, como uma ação de internacionalização da Educação Superior, vem sendo administrado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCE), e pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESu), em parceria com as IES participantes do Programa. (BRASIL, 2013).

A internacionalização da educação está relacionada, em muitas definições, a processos de globalização e de mercantilização da educação, mais evidentes no campo da educação superior. No modelo central de internacionalização, o tema é abordado no Projeto institucional da universidade, em uma concepção estrutural. Já no modelo periférico, as IES apenas incluem algumas atividades internacionais (WITT apud MOROSINI, 2006).

Um dos aspectos da problemática do PEC-G, reside no fato de que ele criado como um instrumento de acordo internacional de cooperação, sendo deficiente em termos de educação, cidadania, identidade e socialização, pois o Decreto nº 7.948 de 2013 é omissos nestes quesitos.

O PEC-G, apesar de sua natureza cooperativa, caracteriza-se como distante de uma política externa de cooperação mais ampla entre países em desenvolvimento. Para Leal e Moraes (2018, p.355-356), o “excesso de condicionalidades impostas e a exclusividade do governo brasileiro no estabelecimento da agenda tornam o programa demasiadamente restritivo e seletivo”.

Para maior efetividade do PEC-G, o programa precisaria “ser visto e desenvolvido como uma política educacional de apoio e fomento à internacionalização da ES, não apenas como uma política externa, do contexto no qual foi criado” (AMARAL e MENEGHEL, 2015, p.18).

Amaral e Meneghel (2015, p.17), ao avaliarem o PEC-G como uma política de educação superior, concluíram que “o potencial de contribuição do PEC-G para as instituições brasileiras que colaboram com o programa pode ser altíssimo, [...] no atual cenário de internacionalização da Educação Superior”. No entanto, o PEC-G apresenta-se como “um programa anacrônico”, pois “não vem acompanhando as transformações ocorridas mundialmente em termos de educação superior e de [...] cooperação educacional no nível universitário” (AMARAL e MENEGHEL, 2015, p.17).

Outro aspecto da problemática, diz respeito à desatualização do PEC-G, em termos de educação superior e de cooperação, bem como, o Programa não está organizado para atender às principais necessidades entre as instituições (IES) e os estudantes.

O PEC-G tem maior concentração de estudantes de países africanos de língua oficial portuguesa, tem pequeno número de estudantes em cada IES, sendo pouco conhecido e valorizado no país (AMARAL e MENEGHEL, 2015).

Conforme Andrade (2011), ao considerar os direitos e garantias fundamentais assegurados aos estudantes estrangeiros, no âmbito do acordo internacional de cooperação, ocorre a imposição de “limitações e de deveres que a/o estudante-convênio está sujeito pelo fato de estar inserido dentro de um programa internacional de cooperação educacional do Governo brasileiro com outros países em desenvolvimento, especialmente da África”.

Segundo Andrade e Teixeira (2009), a experiência universitária traz bastantes dificuldades comuns a brasileiros, sendo que essa dificuldade é maior para os estudantes universitários estrangeiros. A exclusão acontece em vários sentidos, pois os obstáculos começam desde a saída do seu país até a chegada ao Brasil, passando pelo processo seletivo, à procura por moradia, organização da documentação e o choque cultural necessário à adaptação dos estudantes noutro país.

Segundo o Encontro Nacional de Avaliação do PEC-G, realizado em comemoração dos 50 anos do Programa, (MEC, 2014, p.13-14), concluiu que entre os maiores desafios enfrentados pelos estudantes do PEC-G, estão “a moradia e alimentação, recursos financeiros para manutenção, exame de língua portuguesa CELPE-BRAS, isolamento e integração social, preparação prévia e acolhimento”.

Cabral (2015, p.7) ao realizar uma dissertação sobre o PEC-G, concluiu que os estudantes-convênio pesquisados enfrentam dificuldades “desde o processo seletivo”, tendo “como principais instituições responsáveis para ingresso ou permanência no meio acadêmico brasileiro, a sua família”, e que, “o fenômeno do preconceito e da discriminação racial, elemento desconhecido no país de origem, acaba sendo uma das barreiras encontradas por estes jovens no Brasil”.

Uma das dificuldades dos alunos participantes do PEC-G reside no fato de que o Decreto nº 7.948, de 2013, apesar de garantir ao estudante-convênio, a oferta de vagas gratuitas em IES brasileiras, a assistência médica, odontológica e

farmacêutica pelo Sistema Único de Saúde - SUS, proíbe “ao estudante-convênio o exercício de atividade remunerada que configure vínculo empregatício ou caracterize pagamento de salário ou honorários por serviços prestados” (BRASIL, 2013). Isto dificulta a manutenção do estudante no país, já tem que arcar com moradia, alimentação e outras despesas.

Há bolsas de auxílio financeiro, de iniciativa do governo federal, disponíveis aos estudantes-convênio; mas, são insuficientes. O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES, oferece R\$622,00/mês, e a Bolsa Mérito e Bolsa Emergencial, de duração até seis meses (BRASIL, 2018b).

Na UFSC, o Programa é gerido pela Secretaria de Relações Internacionais - SINTER, que é o órgão responsável por promover cooperação e intercâmbio no campo da internacionalização da educação superior. A UFSC já formou mais de 300 estudantes do PEC-G desde os anos 70. Atualmente, há cerca de 120 estudantes do programa matriculados na UFSC. (UFSC, 2018b).

A problemática do PEC-G na UFSC, acompanha a realidade nacional do PEC-G, pois todas as IES estão submetidas à mesma legislação federal e às regulamentações do Ministério da Educação - MEC.

Um lado da problemática, pode ser expressa pelos depoimentos dos estudantes do Projeto de Integração Estudantil Abraça Mundo, ao apontarem que “mesmo com um histórico sólido na UFSC, o PEC-G é pouco conhecido entre a comunidade acadêmica”, sendo que “os próprios acadêmicos que ingressaram via Programa [PEC-G] não se conhecem entre si” (TREVISOL, 2018).

Outro dado da problemática, O Programa PEC-G da UFSC apresenta atualmente um total de 31% de situações eliminados ou cancelados, abandono, desistência ou transferência (SILVA, 2018).

Como parte deste quadro, a dissertação de Okawati (2015, p.9) mostrou os “encantos e desencantos” como desafios dos estudantes africanos do PEC-G na UFSC e a necessidade a necessidade de medidas para enfrentar o racismo e a discriminação, detectando que:

[...] jovens estudantes africanos que cruzam o Atlântico num movimento diaspórico, iniciando uma intensa trajetória, que não se restringe a vida universitária, mas também ao convívio social da cidade de acolhimento, no caso Florianópolis. [...] Nesse cenário, os estudantes africanos se deparam com fronteiras culturais e identitárias, por vezes, geradoras de conflitos e intolerância. [...] Identificam-se, durante essa trajetória de formação [...] os

“(Des)Encantos Extramuros” encontrados pelos estudantes africanos durante essa jornada acadêmica até o previsto retorno as “suas Áfricas”.

Tendo em vista a problemática do estudo, foi eleita a seguinte Pergunta de Pesquisa:

Como ocorre o sistema de ingresso, a permanência e a assistência estudantil, do PEC-G na UFSC, de modo contribuir para a inclusão e a identidade dos estudantes africanos?

2 OBJETIVOS

Com base na pergunta de pesquisa foram definidos os objetivos: geral e específicos.

2.1 Objetivos geral

Analisar como ocorre o sistema de ingresso, a permanência, a assistência e a promoção da identidade dos estudantes-convênio africanos do PEC-G na UFSC.

2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar o processo percorrido pelo aluno africano participante do PEC-G para ingresso na UFSC;
- b) Verificar como ocorre a Identidade social na legislação e no PEC-G da UFSC;
- c) Investigar as dificuldades encontradas pelos alunos PEC-G para frequentar o curso de graduação na UFSC;
- d) Propor ações a fim de melhorar o PEC-G para os alunos africanos.

2.3 Justificativa

As justificativas para a realização desta pesquisa são:

- O PEC-G existe há mais de 50 anos, como importante instrumento de cooperação e integração internacional;
- O programa PEC-G é importante e fundamental como política educacional e instrumento de cooperação para o Brasil e os países conveniados;
- O Programa opera na UFSC desde os anos de 1970;
- Existem dificuldades encontradas pelos estudantes-convênio Africanos do Programa PEC-G da UFSC, não devidamente pesquisadas e não resolvidas;
- Uma das pesquisadoras é africana;
- A questão é pouco pesquisada na Academia.

Para verificar a contribuição da pesquisa, as pesquisadoras realizaram, em 19 de outubro do corrente ano, um levantamento no Portal da CAPES, que mostrou que a busca das categorias “PEC-G e Africano”, no título, autor e assunto, mostrou apenas 5 resultados. Já a mesma pesquisa no Portal da BU UFSC, mostrou 3 resultados. Em seguida, a pesquisa das categorias "PEC-G e identidade social" revelou 2 resultados no Portal da CAPES e um resultado no Portal BU UFSC.

Finalmente, para responder à pergunta de pesquisa e aos objetivos propostos, após a Introdução, são apresentadas a Fundamentação Teórica, os Procedimentos Metodológicos, a Análise e Discussão dos Resultados, as Conclusões e as Referências.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo, destinado aos fundamentos das categorias de pesquisa, aborda as Políticas de Educação Superior, as Universidades Federais Brasileiras, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G, Mobilidade de Estudantes Africanos e a Identidade Social.

3.1 As Políticas de Educação superior

Consoante a visão de Cunha (2011), no final do século XII e início do XIII, na Europa, começou a história das Instituições de Ensino Superior (IES), concebidas como organizações que reuniam mestres e discípulos sob a autoridade da Igreja Católica, consideradas, então, instituições popularizadas cujo objetivo era formar os filhos dos nobres. Porém, o Ensino Superior medieval era voltado para o saber desinteressado, como um fim em si mesmo (WANDERLEY, 2003). A desigualdade social na época era de extrema expressão, isso é perceptível pelo fato de que quem poderia estudar era filhos de pessoas ricas e popularizados.

Pois a criação da primeira universidade só se deu em 1920, no Rio de Janeiro; porém, tal universidade não foi concretizada (CUNHA, 2011). O desenvolvimento do ensino superior brasileiro pode ser dividido em dois períodos: o primeiro caracterizado pelas escolas profissionalizantes, e, o segundo, pelas escolas de Filosofia, Ciências e Letras, dentre outras (BOTTONI et al., 2013).

De acordo com Brandão (2005), uma análise da política educacional a partir de 1995 demonstra que a grande parte da estrutura jurídico institucional da educação brasileira foi transformado, atingindo de forma direta, a educação superior.

Referenciando-se na visão de Oliveira (2000), a diversificação e a diferenciação do sistema surgem como alternativas de solução para a demanda crescente de vagas nas universidades e para a questão da expansão do sistema – bem como a integração dos diferentes procedimentos de avaliação (novas forma de controle e regulação).

A partir dos estímulos do Ministério da Educação (MEC), foi possível a criação de centro universitários, o desenvolvimento da autonomia nas áreas de ensino. Isso colaborou com o processo de ampliação e permitiu mais democratização do acesso. Ainda de acordo com Oliveira (2000), a regulamentação dos cursos sequenciais,

superiores e os tecnólogos, enquanto formação complementar ou ainda, alternativas instituídas visando a conclusão de estudos básicos como o terceiro grau.

Segundo Vieira que citou várias leis sobre a universidade pública, relata que ainda algumas medidas que transformam estruturalmente a universidade pública fortalecendo o modelo heterônomo: a) Lei 10.973/04 (Lei de Inovação Tecnológica) que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo). De acordo com autora esta norma ainda viabiliza a designação de recursos públicos para empresas nos trabalhos declarados de inovação, bem como providenciar a gratificação dos pesquisadores. Uma provocação desta Lei seria a subordinação da agenda científica universitária.

O estabelecimento do PEC-G sucedeu em um contexto político controverso à condução de ações de cooperação entre o Sul. Em março de 1964, um golpe militar depôs João Goulart da Presidência da República. No campo da política externa, o paradigma americanista, com natureza antes ideológica que pragmática, caracterizou a atuação do Brasil nos primeiros anos do regime. Para o então presidente Castello Branco, o necessário desenvolvimento econômico somente poderia ser alcançado com um mínimo de segurança (PINHEIRO, 2004). Esse viés da segurança nacional foi associado ao decreto de criação do PEC-G.

Seu preâmbulo explicita a obrigatoriedade de registro de estudantes estrangeiros beneficiários de convênios culturais (estudantes-convênios). No restante do documento, não são mencionados quaisquer indicativos de cooperação com países em vias de desenvolvimento. O decreto se limita a estabelecer as obrigatoriedades e os compromissos, bastante rígidos, dos participantes do programa, como:

- 1) Acatar a indicação do estabelecimento de ensino para o qual foi destinado pelo MEC;
- 2) Submeter-me ao regulamento do estabelecimento de ensino em que fui matriculado;
- 3) Apresentar prova, quando pedida, de possuir meios suficientes para me manter no Brasil durante o curso;
- 4) Não me imiscuir em política interna brasileira; 5. Regressar ao meu país dentro de três meses após a formatura (BRASIL, 1965).

Na atualização do decreto (BRASIL, 2013), o viés de segurança nacional perdeu força e abriu espaço a normatizações relativas ao papel dos ministérios e das universidades envolvidas, aos pré-requisitos dos candidatos e às obrigatoriedades dos participantes. Apesar das alterações, alguns dispositivos do primeiro decreto ainda são válidos. A participação política, por exemplo, é proibida a qualquer estrangeiro no Brasil pela Lei nº 6.815/80 (BRASIL, 1980), promulgada durante a ditadura militar e ainda vigente. Conhecida como “estatuto do estrangeiro”, a legislação limita e criminaliza as liberdades civis dos imigrantes e supõe que as migrações representam risco à segurança nacional e ao trabalhador brasileiro (REIS, 2004).

De acordo com o Manual do PEC-G (BRASIL, 2016), cerca de 400 estudantes ingressam em universidades brasileiras anualmente, enquanto 200 se formam. O aumento na participação dos países africanos entre 2010 e 2015 se converte às prioridades da política externa do período. Além da retomada e do estreitamento da relação com o continente, a PEB também se caracterizou pela aproximação com outras potências emergentes, o que talvez justifique o ingresso da África do Sul no PEC-G em 2010, que até o momento o país só tenha enviado um estudante (BRASIL, 2016).

Os países mais recorrentes ao Brasil neste domínio se alteraram significativamente ao longo da existência do programa. Segundo o MRE (BRASIL, 2018), 60 países participam do PEC-G atualmente, sendo 26 da África, 25 das Américas e 9 da Ásia. Os cursos com maior oferta de vagas são: Letras, Comunicação Social, Pedagogia, Administração e Ciências Biológicas. Desde os anos 2000 a 2017, houve seleção de mais de 9 mil estudantes, sendo a África o continente de origem da maioria deles. Destaca-se a participação dos Países de Língua Portuguesa (PALOP), sobretudo Cabo Verde com (3059 selecionados), Guiné-Bissau (1.358 selecionados) e Angola (739 selecionados).

3.2 As universidades federais brasileiras e os programas de cooperação e assistência estudantil

A história da criação de universidades no Brasil revela que, se comparada à origem medieval dessa instituição, a universidade brasileira é um fenômeno histórico recente.

As primeiras instituições no país foram fundadas a partir de 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, na Bahia e no Rio de Janeiro. Com a Proclamação da República, em 1889, novas instituições são criadas, e, em 1931 é instituído o Conselho Nacional de Educação. A partir de 1934, são criadas as universidades de São Paulo, do Distrito Federal e de Porto Alegre. Em 1961, é fundada a Universidade de Brasília. Depois de 1964 começa a expansão do setor privado, e, em 1997, a legislação institui as IES com fins lucrativos. Em 2003 e anos seguintes, são criados os Programas Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). (BOTTONI, SARDANO e COSTA FILHO, 2013).

De acordo com Imperatori (2017, p.287), a educação superior brasileira, nas décadas de 50 e 70, assentou-se a expansão das universidades federais em todo o Brasil, que, somadas às universidades estaduais, municipais e particulares, fizeram com que ampliaram excessivamente o número de matrículas no país.

O proveito deste processo histórico, o Ensino Superior no Brasil pode ser público ou privado, sendo oferecido por Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Superiores e Centros de Educação Tecnológica, nas modalidades presencial e a distância (EAD), na graduação e pós-graduação, tendo como marco a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, propiciando a expansão das Instituições e de alunos ingressantes (GOMES, MACHADO-TAYLOR e SARAIVA, 2018). Contudo os debates mais recentes em torno da universidade continuam a adotar o discurso da necessidade de se repensar o modelo de universidade atual e, mais uma vez, colocam em questão as bases do atual sistema universitário, que tem sua origem na reforma de 1968.

O ressentimento das críticas que possam ser feitas e de se ter ciência que a história de uma academia se mede em séculos, pode-se dizer que a universidade pública brasileira, apesar de poucas décadas de existência, marcou a história do País. Os projetos de grande significação para a sociedade brasileira passaram pela universidade ou foram concebidos, mesmo dentro das empresas, por seus egressos (MARCOVITCH, 1998).

A mobilidade estudantil é uma das extensões mais evidente da internacionalização acadêmica. A UNESCO providência que o número de estudantes que fazem intercâmbio aumentará mais de três vezes em relação ao número de estudantes que se matricularam no sistema de ensino superior mundial até 2050 (OCDE, 2005; OCDE, 2010). As experiências

dentro e fora da sala de aula são consideradas muito importantes para a formação dos estudantes na atualidade. Segundo Bourn (2010, apud KILLICK, 2012, p. 18).

O governo Getúlio Vargas foi um marco nas políticas sociais e passou a reconhecer a educação como um direito público regulamentado pelo Estado (Vasconcelos, 2010). Tendo em vista o processo de modernização no Brasil, conseqüentemente o aumento de vagas nas universidades, foi um dos aspectos que marcaram a década de 70. Um dos reflexos da redemocratização do ensino superior no Brasil, é a demanda gerada pelo público jovem de classes mais baixas, que ao adentrar o ambiente universitário se depara com uma série de circunstâncias, às quais não contemplavam suas especificidades.

Os estudantes saem de suas terras para estudarem na cidade grande, com um objetivo de ter uma graduação, porém apesar da oportunidade oferecida e visto que existem necessidades básicas para a continuidade desse processo de aprendizagem. Através dos movimentos estudantis essas necessidades podem ser revertidas em solução (SOUSA, 2005).

Na visão de Vargas (2008), as desigualdades de acesso aos capitais econômico, social e cultural geram necessidades específicas para os estudantes e influenciam as possibilidades de conclusão dos estudos.

Destaca-se que a assistência estudantil tem grande relevância no contexto brasileiro devido às suas altas taxas de desigualdade social, que se expressam na permanência dos estudantes nos seus cursos de graduação (Araújo, 2003). De forma que os alunos PEC-G têm um auxílio estudantil para suprir suas necessidades e para permanecerem a dando continuidade à sua graduação, o valor atual do auxílio se encontrar em torno de 622,00 reais.

Angelim (2010, p. 2) também analisa a política de assistência estudantil e de que forma ela vem sendo implementada nas instituições, ao afirmar que:

De modo geral, a política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros.

A mobilidade estudantil é uma das dimensões mais visíveis da internacionalização acadêmica. De acordo com a UNESCO prevê que o número de estudantes que fazem intercâmbio aumentará mais de três vezes em relação ao número de estudantes que se matricularam no sistema de ensino superior mundial até 2050 (OCDE, 2005; OCDE, 2010). As experiências dentro e fora da sala de aula são consideradas muito importantes para a formação dos estudantes na atualidade. De acordo com Bourn (2010, apud KILLICK, 2012, p. 18).

Ainda de acordo com Killick (2012), as atividades de mobilidade internacional são quase sempre reconhecidas como produtoras de aprendizagem significativa, e que uma facilidade em se integrar a outras culturas também pode ser considerada uma vantagem que os alunos têm no momento da empregabilidade (LILLEY et al, 2015). Identifica-se uma conexão entre a apresentação de habilidades no relacionamento interpessoal e a mobilidade estudantil, pois as empresas e o mercado de trabalho, em geral, valorizam bastante a capacidade de diálogo e trabalho em equipe de seus funcionários. Killick conclui afirmando que a educação atual deveria e poderia desempenhar um papel de capacitação de todos os alunos, para que estes moldam suas vidas em um mundo que é interconectado, muito embora não seja necessário cruzar as fronteiras nacionais para encontrar diferenças culturais. Killick discute também a necessidade de reconhecer a alteridade em tudo com que podemos nos envolver e em nós mesmos.

Segundo Barbosa, 2009, a assistência desenvolvida na universidade, do ponto de vista de sua implementação técnica, expressa, por um lado, o descaso com a área social e revela-se, por outro, enquanto um campo onde prevalecem concepções paternalistas e clientelistas, traduzidas em práticas de ajuda e no uso indevido dos recursos públicos disponíveis. A relevância da assistência estudantil está expressa no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001), que estabelece como um dos objetivos e metas da educação superior, estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.

Segundo Angelim (2010), ele analisa a política de assistência estudantil e de que forma ela vem sendo implementada nas instituições, ao afirmar que: De modo geral, a política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social

sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros.

A literatura apresenta várias causas para a evasão na educação superior, como descontentamento com horários das disciplinas, falta de cursos noturnos, impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, mau relacionamento professor-aluno, pouca integração social à universidade, expectativas não correspondidas e falta de informações sobre curso e profissão, mau desempenho acadêmico e reprovações, problemas financeiros, BARDAGI e HUTZ (2009). A questão socioeconômica tem impacto direto na continuidade dos estudos.

Nesse sentido, é fundamental pensar em estratégias para uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional (Vasconcelos, 2010). Isso porque, nos termos de Felicetti e Morosini (2009, p. 11), as questões como sexo, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior.

Segundo Subuhana (2005), a maneira como os estudantes moçambicanos começam a entender que, no Brasil, o negro pertence a uma classe social baixa e é discriminado pela “tonalidade de pele”. O autor indica que no Rio de Janeiro muitos estrangeiros apontam o preconceito racial como uma das principais e mais insidiosas causas de incômodo no cotidiano da sociedade brasileira. As práticas de racismo sofridas por esses estudantes revelam que no Brasil eles são confundidos com o “negro brasileiro”, e essa identificação é sentida por muitos como um tipo de negação de seu pertencimento nacional.

A discriminação racial é sofrida pelos estudantes em várias situações, dentro e fora das duas universidades. Na UnB, os relatos sobre práticas de racismo dentro da universidade são mais frequentes, principalmente depois do incêndio em três apartamentos de estudantes africanos em março de 2007. Na USP, apenas um estudante afirmou ser vítima de racismo dentro da universidade e especialmente no Conjunto Residencial da USP (Crusp); a maioria disse que não vê possibilidade de

acontecer algo como o que se passou na UnB. Alguns estudantes sugerem que no Brasil o preconceito é velado.

Os padrões de sociabilidade entre os estudantes são elaborados pelas relações que constroem entre si, e essas acontecem com maior intensidade e profundidade, sobretudo, entre aqueles que compartilham a mesma origem nacional. Tal tendência se manifesta nos seguintes fatos: 1) os estudantes que se juntam para compartilhar uma moradia são, em geral, da mesma nacionalidade; 2) relações afetivas e sexuais mais duradouras, como namoros e casamentos e a geração de filhos, geralmente se desenvolvem entre pessoas da mesma origem nacional; e 3) no cotidiano da vida universitária e em seus momentos de lazer, como a ida ao restaurante universitário e a festas, alunos de uma mesma nacionalidade tendem a interagir de forma sensivelmente mais intensa, relata autora do texto.

3.3 O Programa de Estudantes Convênio de Graduação – PEC - G

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Atualmente os países participantes do PEC-G são África, América Latina e Caribe e Ásia. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas federais, estaduais e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo ou estar cursando o último ano correspondente ao Ensino Médio brasileiro, para realizar estudos de graduação no país. O candidato estrangeiro selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, deve atender a alguns critérios; entre eles, provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa. São selecionadas preferencialmente pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e seus países de origem (MRE BRASIL 2018).

Segundo o MRE (BRASIL 2018), poderão se inscrever no PEC-G os estudantes estrangeiros: residentes no exterior e que não sejam portadores de visto permanente ou qualquer outro tipo de visto temporário para o Brasil, é vedada nova inscrição no PEC-G ao candidato selecionado que deixar de efetuar sua matrícula

inicial na IES sem justificativa. O estudante-convênio poderá solicitar mudança de curso ou de Instituição, atendidos os critérios e as normas regimentais das IES participantes do PEC-G, a mudança de curso poderá ocorrer uma única vez e exclusivamente ao término do primeiro ano de estudos, atendidos os critérios e as normas regimentais da IES, o estudante deverá obedecer ao prazo regulamentar para integralização curricular. Porém será desligado do Programa o estudante-convênio que: não efetuar matrícula no prazo regulamentar da IES; trancar matrícula injustificadamente ou abandonar o curso; não obtiver a frequência mínima exigida pela IES em cada disciplina; for reprovado por três vezes na mesma disciplina; for reprovado em mais de duas disciplinas, ou número de créditos equivalente, no mesmo semestre, a partir do 2º ano ou do 3º semestre do curso, o que estabelece o decreto.

Do processo seletivo, os candidatos de países que não aplicam o CELPE-BRAS, após a Seleção do PEC-G serão submetidos ao curso de português para estrangeiros e ao exame CELPE-BRAS apenas uma vez no Brasil. A certificação no exame de proficiência em língua portuguesa é condição fundamental para o ingresso na Instituição de Ensino Superior e no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação. Da pré-seleção dos candidatos é feita pelas missões diplomáticas brasileiras que encaminham a relação dos candidatos à (DCE/DCT/MRE). Para a seleção é necessária a apresentação dos seguintes documentos: declaração de compromisso, histórico escolar do ensino médio, comprovante de capacidade econômica dos pais e responsáveis, acompanhado da declaração de conclusão. Todos eles, com exceção do primeiro, com a devida autenticação do consulado brasileiro. Também é necessária a aprovação no Celpe-Bras para os candidatos lusófonos (MRE BRASIL 2018).

3.4 A Mobilidade, o Ingresso e Permanência de Estudantes Africanos em Instituições de Ensino Superior Brasileiras

As dificuldades históricas de inserção política, social e econômica dos povos africanos tiveram início antes mesmo do processo de colonização da chamada “África negra”, na região centro-sul, abaixo do Saara. A África do Norte, desde tempos mais remotos, tem sido palco de invasões, conflitos religiosos, sendo conquistada por povos diferenciados, como os vândalos, bizantinos e também pelos

árabes (VERANNEMAN, 2003). Segundo (Santos, 2012), o governo brasileiro, por meio do Ministério das Relações Exteriores e do Itamaraty, conduzia estas relações no âmbito da educação, do comércio e da política. Neste momento, as metrópoles estavam deixando de intermediar as relações políticas e econômicas das colônias e estas ainda estavam passando por um processo de pós-independência, tendo que lidar com lutas internas e consolidação política e diplomática com os demais países.

O interesse do Brasil pela mobilidade acadêmica dos jovens africanos para fins de estudo, nos anos de 1970, foi intensificado a partir da independência dos países africanos, os quais tinham como meta o preparo de jovens especializados. Com o passar do tempo, a globalização ampliou esta necessidade de tal forma que hoje, não se trata mais de substituição de quadros coloniais, mas está em pauta a formação de quadros em busca da consolidação interna e externa dos Estados-nação, na busca de um lugar na divisão internacional do trabalho que coloca em novo patamar as relações Norte-Sul e Sul-Sul, da qual o Brasil e a África fazem parte. (GUSMÃO, 2012). As relações políticas e econômicas entre os países africanos e o Brasil têm propiciado o desembarque dos estudantes africanos PEC-G no país, os quais, quando aqui chegam, se deparam com uma realidade que muitos não esperavam encontrar, tendo em vista que a imagem da cultura e do modo de vida do brasileiro foi construída a partir da mídia, das telenovelas exportadas para outros países.

Portanto, o número destes jovens estudantes africanos, entre 18 e 25 anos, com ensino médio completo, vem aumentando, principalmente neste momento em que se enfatiza o processo de internacionalização do ensino superior. Ao que parece, nem às exigências vinculadas às normas do Programa, nem a valorização do dólar em detrimento a desvalorização das demais moedas estrangeiras são fatores de desmotivação para este tipo de deslocamento. Mesmo diante da agressividade do preconceito racial, visível ou camuflado, existente no Brasil, os estudantes africanos não desistem de seus projetos de vida e procuram uma nova identidade não estereotipada, na qual o conhecimento e a capacitação profissional fazem a diferença. (HALL, 2007).

O Governo Lula se destacou nos esforços pela proximidade social, política, econômica e, também, simbólica com a África. Inúmeros acordos de cooperação e programas de desenvolvimento foram implementados pelo Brasil com a África nos dois mandatos do ex-presidente, dentre esses, destacam-se o PEC-G e o PEC-PG,

este último com dotação total de bolsas do CNPq e da CAPES nas seleções feitas em 2006 e 2007. Em particular, serão os países dos PALOP, Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe, os maiores beneficiados pelos Acordos de Cooperação assinados entre Brasil e os países africanos, tanto por parte das instâncias federais do governo brasileiro, quanto por Acordos Institucionais firmados diretamente com as IES nacionais ou por meio de organizações religiosas e ONGs”. (GUSMÃO, 2013 apud GUSMÃO, 2014).

3.5 Identidade Social e a Construção Identitária dos Africanos

De acordo com o Dicionário Houaiss, identidade compreende o “conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la”, e a “consciência da persistência da própria personalidade” (HOUAISS, 2012).

Para Lugarinho (2015, p.2), a identidade “é um discurso que se ancora em torno de um corpo, a partir de um corpo, na sua espacialidade e na sua temporalidade”, que “organiza-se como narrativa, criando uma ordem entre experiências corporais no espaço e no tempo”. Para Lugarinho (2013, p.33), a “concepção multicultural de nação”, provoca a “emergência de discursos problematizadores”, vivenciados por “novos sujeitos que encontravam identificação em marcadores diversos ao da nacionalidade”.

Ao escrever sobre “a sociedade como realidade subjetiva”, Berger e Luckmann (1974, p.173), asseveram que “estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade”, sendo que “o indivíduo não nasce membro da sociedade, pois“ nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade”. Neste processo, de acordo com os autores,

A identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com esse mundo..... Todas as identificações realizam-se em horizonte que implicam um mundo social específico. (BERGER e LUCKMANN 1974, p.177).

Assim, para Lugarinho (2015), a identidade pode ser classificada em “marcadores identitários”:

Figura 1 - Marcadores Identitários



Fonte: Lugarinho (2015, p.9)

Segundo Tajfel (1983), a identidade social é, em larga medida, relacional e comparativa, o que gera determinadas consequências ao nível de pertença de grupo. A primeira, diz respeito a um indivíduo manter-se em um grupo e buscar novos grupos que, gerando satisfação, contribuam para alguns aspectos da sua identidade. Se ao contrário, o grupo não preencher esse requisito, o indivíduo tenderá a abandoná-lo, a não ser que seja impossível, por razões objetivas ou, por colocar em conflito valores importantes. O fato de abandonar o grupo, ocasiona duas soluções possíveis: mudar a interpretação individual dos atributos do grupo, de modo que suas características indesejáveis se tornem justificáveis, ou aceitáveis por meio de reinterpretação; aceitar a situação tal como é e empenhar-se na ação social que possa levar às mudanças desejáveis na situação.

Outra consequência do reconhecimento da identidade em termos socialmente definidos leva em conta que nenhum grupo vive sozinho em determinada sociedade, resultando, disso, que a reinterpretação dos atributos e o empenho na ação social só fará sentido quando ocorrer a comparação com outros grupos. Os indivíduos, buscam uma identificação social positiva no procedimento de comparação com outros grupos. Logo, surge a necessidade de uma identidade pessoal e de uma identidade social positiva, o que representa pertencer a grupos valorizados socialmente (GALINKIN & ZAULI, 2011).

A Crise de Identidade, conforme Lugarinho (2015, p.10), ocorrem na pós-modernidade, em que as

Transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta

perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentramento do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo.

Uma vez que ser um africano no Brasil é totalmente diferente de ser um africano na África, só percebem que são mesmos africanos aqui no Brasil. Contudo, as experiências de reorientação identitária em relação ao país ou continente de origem são produzidas principalmente pelas festas organizadas por eles. Mesmo que as relações entre eles sejam conflituosas em diversas situações da vida cotidiana, como apontou um aluno são-tomense, as festas apresentam motivos múltiplos para agregar pessoas vindas de todos os Palop, celebrando seus vínculos de identificação com o continente africano. Segundo uma estudante moçambicana em Belo Horizonte, citada por Ngomane (2010).

Segundo Veranneman (2003, p.81) entre os séculos XVI e XIV sua identidade foram manchados devido a escravidão imposta pela colonização europeia na África, pois com essa necessidade de mão de obra sem custos, os países, europeus além de ampliarem seus territórios africanos, subjugaram o povo. Veranneman (2003), nos deixa claro que a África é um continente foi colonizada em meio a instabilidade políticas, e explorações imperialistas.

Diante do preconceito racial existente no Brasil, é notável que mesmo diante disso, os africanos não desistam de enfrentar esses obstáculos, buscando seu objetivos e construindo sua identidade social. Segundo Hall (2007, p.108), as identidades se utilizam dos recursos da história, da linguagem e cultura para a produção “não daquilo que nós somos, mas, daquilo do qual nos tornamos”.

Freitas (2013, p.1; 9), ao estudar a “redefinição identitária de estudantes africanos no Brasil”, tendo por base alunos da Faculdade Terra Nordeste – FATENE e da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, pondera que estudantes de origem africana que migram para o Brasil em busca de concluir o ensino superior vivenciam “processos diaspóricos” [Diáspora significa dispersão de um povo], sendo que “identidade e diáspora são conceitos tão imbricados que é impossível separá-los”. E, ainda, que, no caso dos estudantes africanos:

Os passageiros experimentam redefinições identitárias diversas. E, nestas andanças ziguezagueantes, eles vão assumindo suas “posições de sujeito”, que parecem ser temporárias, em processos de metamorfose, ou seja, um percurso sempre em aberto. No assumir de tais posições, incorporam

personagens diferenciadas no jogo das negociações identitárias (FREITAS, 2013, p.9).

Em reportagem para a BBC, Bella e Christ (2016), ao realizarem uma matéria sobre “a visão de imigrantes de países majoritariamente negros sobre identidade racial e preconceito no Brasil.”, colheram os seguintes relatos ao entrevistarem alunos africanos em universidades brasileiras:

Formada em Letras, a africana de Guiné-Bissau Nádía Ferreira, de 37 anos, conta que cresceu sem pensar sobre a questão racial. “Lá eu era uma menina como qualquer outra. Foi no Brasil que a questão da raça despertou em mim. Descobri isso na pele, mas foi bom porque isso só me fortaleceu.” Ferreira, há 15 anos no Brasil, afirma que a sensação de “estar no lugar errado” - e a posterior “tomada de consciência” - surgiu quando cursava a faculdade na USP. “Eu me sentava ao lado de alguém e a pessoa mudava de lugar. Numa sala com 200 alunos, só dois eram negros. [...] Para Ferreira, o negro imigrante é alvo de duplo preconceito. “Quando você é negro brasileiro te olham como incapaz. O imigrante africano já é visto como exótico, mas carregamos o peso do estereótipo de que africanos são agressivos ou preguiçosos.”

Há seis meses no Brasil, o músico congolês Ephata Tshiaba, de 31 anos, também diz notar o tratamento diferente ao usar o metrô. [...]. Como os outros colegas africanos, ele diz que sua conscientização sobre a identidade negra se consolidou mesmo no Brasil. “Lá (no Congo) eu não tratava sobre preconceito”.

3.6 Educação, Formação e Emancipação Humana

A Educação é um tema controverso, que pode ser entendido como um processo de busca realizada pelo próprio homem, que “deve ser o sujeito de sua própria educação” (FREIRE, 1979, pp. 27-28), de modo a atender, ao mesmo tempo, ao “desenvolvimento da pessoa”, e, à “função social” (ARDOINO, 2002, p. 556).

Na educação, a formação humana se processa de múltiplas formas (CAMBI, 1999), mas há uma distinção importante entre Formação Humana e Capacitação Humana, categorias presentes no campo da educação e da formação das competências e habilidades.

Para Maturana e Rezepka (2003, pp. 11-19), Formação Humana é “o fundamento de todo o processo educativo”, para o desenvolvimento da pessoa como “co-criadora com outros de um espaço humano de convivência social desejável”, num processo em que o educando seja “capaz de viver no autorespeito e no respeito pelo outro”. Já a Capacitação Humana é “um instrumento e caminho na realização da tarefa educacional”; deste modo, a capacitação “tem a ver com a

aquisição de habilidades e capacidades de ação no mundo no qual se vive, como recursos operacionais que a pessoa tem para realizar o que quiser viver” (MATURANA e REZEPKA, 2003, pp. 11-19).

Para Tonet (2006, p.10-12), enquanto na sociedade grega a formação era voltada para a “natureza humana: o espírito e a vida política”, com o Capitalismo, a formação humana sofreu “profunda mudança”, passando a estar vinculada “o trabalho como simples meio de produzir mercadorias e, especialmente, a mercadoria das mercadorias, que é o dinheiro”. Deste modo, para o autor, no ambiente capitalista, há “a impossibilidade de uma autêntica formação humana integral”, em razão do “problema da fragmentação do saber e da formação profissional”, provocando “intensa especialização” e incapacidade de “percepção da realidade”, em prejuízo da emancipação humana (TONET, 2006, p.12; TONET, 2013, p.726).

Para Adorno (1995, p.8-9; 14; 19; 34), “o desenvolvimento científico” e a “educação”, não são “fatores de emancipação”, pois, são cúmplices da “ideologia” da “formação social”, imprimindo uma “semiformação”, sendo, então, preciso “difundir uma educação política”, para uma “educação emancipadora” para a “reflexão e a autodeterminação”. Neste sentido, a proposição de Adorno aponta “para a necessidade de horizontes humanistas no campo educativo”, especialmente, “nos tempos atuais, quando prevalece o fascínio pelas novidades tecnológicas” (BUENO, 1996, p. 261).

No campo da Administração e da Formação do Administrador, tendo em vista que “a Administração cumpriu até hoje, ao assumir o ponto de vista do capital, a função social de produção do conhecimento necessário para a reprodução ininterrupta da sociedade capitalista”, configura-se com “limites ideológicos intransponíveis do ponto de vista da luta pela emancipação humana” (MARTINS e MARTINS, 2011, p.1).

Em consequência, “que, apesar do curso de Administração possuir um currículo mínimo definido em lei, a formação dos Administradores, ainda hoje, tem sido alvo de severas críticas”, havendo a necessidade de repensar o “atual papel do sistema educacional no desenvolvimento dos futuros profissionais da Administração”, de modo a propiciar a formação de “indivíduos capazes de responder às problemáticas que lhes são impostas e que despontam de um contexto organizacional permanentemente instável” (KERCH, 2016, p.1).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente capítulo são apresentadas as opções metodológicas empregadas no estudo, de modo a estabelecer os procedimentos necessários para o atendimento dos objetivos específicos estabelecidos.

4.1 Classificação da Pesquisa

A pesquisa, tendo por base as categorizações em Metodologia Científica, classifica-se como: i) Pesquisa Aplicada; ii) Pesquisa Qualitativa e Quantitativa; iii) Pesquisa Descritiva; iv) Pesquisa Bibliográfica e Documental; v) Pesquisa de Campo; vi) Entrevista; vii) Grupo Focal; viii) Pesquisa Censitária e Amostragem intencional, não probabilística (GIL, 1999; BOCCHI; JULIANI; SPIRI, 2008; GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Tomando por base a classificação da Metodologia Científica apresentada por Fonseca (2002, p.19): i) quanto aos objetivos da pesquisa, o estudo é Descritivo; ii) quanto à natureza da pesquisa, a pesquisa classifica-se como Quali-quantitativa; iii) quanto ao objeto de estudo, o trabalho compreendeu em uma avaliação em Amostragem não Probabilística e Estudo Censitário; iv) como técnica de coleta de dados, foram empregados Questionário, Entrevista e Grupo Focal; v) quanto à análise dos dados, foram utilizadas a Análise de Conteúdo e Estatística Descritiva.

4.2 Percurso Metodológico: Procedimentos e Etapas da Pesquisa

A elaboração de proposições e conclusão da pesquisa, foi possível graças ao cumprimento do percurso metodológico da pesquisa, desenvolvido nas seguintes etapas:

- i) Levantamento da legislação pertinente junto ao MEC e UFSC/SINTER;
- ii) Avaliação da legislação do Programa PEC-G, incluindo o Decreto 7948 de 2013 e o Edital 2019 do Processo Seletivo para Ingresso no Programa, emitido pelo MEC;
- iii) Aplicação de Questionário junto ao Discentes Africanos participantes do PEC-G da UFSC;

- iv) Observação e Entrevistas não Estruturadas;
- v) Tabulação e Análise dos Resultados;
- vi) Conclusões e Proposições, respondendo aos objetivos específicos.

4.3 Classificação da Pesquisa

O estudo compreendeu uma Pesquisa Aplicada, que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.35). Deste modo, a pesquisa buscou avaliar, segundo os estudantes, a identidade social dos estudantes estrangeiros africanos no Programa PEC-G da UFSC.

A Pesquisa Qualitativa é caracterizada pela abordagem empírica, subjetividade e envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001), sem “se preocupar com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social [...], buscando explicar o porquê das coisas” enquanto a Pesquisa Quantitativa “os resultados podem ser quantificados [...] de modo a “ênfatar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana”. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.31-33).

O estudo utilizou uma abordagem conjunta Quali-quantitativa. Os procedimentos quantitativos, ao analisar em linguagem matemática as respostas dadas pelos Discentes ao questionário aplicado. A abordagem qualitativa foi utilizada para descrever, compreender e explicar as respostas dos Discentes, análise das entrevistas e do Grupo Focal, segundo as categorias da pesquisa. A combinação Quali-quantitativa, representa uma estratégia complementar, adotada pelo investigador, possibilitando recolher mais informações e aperfeiçoar os fundamentos conclusivos da pesquisa (FONSECA, 2002; OLIVEIRA, 2011).

Como Pesquisa Descritiva, que conforme Silva e Menezes (2005, p.21), “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. No presente estudo, a pesquisa compreendeu a identificação do PEC-G e da identidade dos alunos africanos que participam do Programa.

Pesquisa de Campo, que se caracteriza pela “coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa” (FONSECA, 2002, p.32), consistiu na aplicação dos Questionários, com base nas categorias da pesquisa.

A aplicação do Questionário aplicado a todos os estudantes africanos do PEC-G UFSC, obedeceu a Amostragem não Probabilística e intencional (SILVA e MENEZES, 2005), e Estudo Censitário (OLIVEIRA, 2011). O Questionário foi aplicado empregando a Plataforma de Formulários Google (GOOGLE FORMS, 2018), enviando link para acesso do questionário aos e-mails de 120 alunos africanos, matriculados em 2018.2, com relação obtida na SINTER.

De forma complementar, foi desenvolvida a observação, facilitada pelo fato de que uma das pesquisadoras é africana e enquadrada na categoria de Estudante-Convênio do PEC-G da UFSC, conhecendo muitos participantes da pesquisa. De acordo com Zanelli (2002, p.83), a Observação possibilita que o pesquisador inserido no ambiente da pesquisa, “possa compreender a complexidade dos ambientes psicossociais, ao mesmo tempo em que lhe permite uma interlocução mais competente”.

Neste processo e de forma complementar, a pesquisadora africana, tendo por base os achados da pesquisa, realizou algumas entrevistas não estruturadas com alguns estudantes africanos, como “uma forma especial de conversação”, de “diálogo” e “validação” (MATTOS, 2005, p.823), visando compreender melhor os resultados da pesquisa.

Para a análise dos resultados da pesquisa, foi utilizada a Análise de Conteúdo, como “uma metodologia de análise de dados qualitativos” e “uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos”, permitindo “investigar os textos dentro de múltiplas perspectivas”, empregando as etapas de “preparação das informações; transformação do conteúdo em unidades; categorização; descrição, e interpretação” (MORAES, 1999; não paginado).

Finalmente, como parte da tabulação e análise dos dados, foi empregada a Estatística Descritiva, para “representar, de forma concisa, sintética e compreensível, a informação contida num conjunto de dados”, empregando “elaboração de tabelas e de gráficos, e no cálculo de medidas [...] que representam convenientemente a informação contida nos dados. (OLIVEIRA, 2011, p.49).

4.4 Categorias da Pesquisa

Uma categoria é um conceito genérico, abstrato, fundamental, de que se pode servir para elaborar e expressar pensamentos, juízos, julgamentos (HOUAISS,

2012), enquanto a categorização, é um processo de redução da dados e de síntese, para a análise da informação, condicionada à definição precisa do problema e dos objetivos da pesquisa (MORAES, 1999).

Assim, a partir da delimitação do problema, dos objetivos da pesquisa e dos fundamentos teóricos, e de modo a configurar o plano da pesquisa, foram definidas as categorias seguintes:

Quadro 1- Categorias e Conceituação da Pesquisa

Categorias	Conceituação
Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G	<p>De acordo com o Decreto 7.948 (BRASIL, 2013; não paginado), o PEC-G consiste em:</p> <p>Art. 1º O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras.</p> <p>Parágrafo único. O PEC-G constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso.</p>
Sistema de Ingresso, a Permanência e a Assistência Estudantil do PEC-G	<p>O ingresso no PEC-G é regulado pelo Decreto 7.948 de 2013, que prevê processo seletivo que, entre outros quesitos, estabelece o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – Celpe-Bras e aderência obrigatória a Termo de Compromisso e o Termo de Responsabilidade Financeira e cumprimento de outras obrigações do Programa. (BRASIL, 2013).</p> <p>De acordo com o Manual do Estudante do PEC-G, a Assistência Prestada ao (à) Estudante-Convênio, compreende: i) vaga gratuita em curso de graduação em IES brasileiras, sem cobrança de taxas; ii) Assistência médica, odontológica e farmacêutica pelo Sistema Único de Saúde (SUS); iii) Recebimento gratuito de seus documentos acadêmicos. Ainda há a Bolsa Mérito e outros benefícios financeiros oferecidos pelo Governo brasileiro a estudantes-convênio. O aluno do Programa não pode exercer atividade remunerada, mas poderá participar de estágios, atividades de pesquisa e extensão etc. (BRASIL, s.d., p.6; 7; 39).</p> <p>A UFSC oferece como “facilidades aos estudantes” do PEC-G, as iguais condições e serviços disponíveis aos demais alunos, como acesso ao RU, acesso a Biblioteca, acesso ao HU, ao LabUFSC e Rede Wireless etc. (UFSC, 2018; não paginado). A universidade tem núcleos de estudos e pesquisas relacionados à cultura africana, como o Laboratório de Estudos em História da África (LEHAf), o Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas - NUER, e, promove eventos como a 4ª Semana d’Áfrika UFSC, o Fórum Permanente de Estudos sobre</p>

	as Artes Negras da Cena, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (Fanca) e outros, realizados em 2018.
Estudante Africano	Estudante estrangeiro, originário de um país da África, participante do PEC-G, aprovado conforme Processo Seletivo do Programa, com Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa, tendo assinado Termo de Compromisso e o Termo de Responsabilidade Financeira, estando matriculado em um Curso de Graduação da UFSC, observando a legislação do estrangeiro no Brasil e retorno previsto ao país de origem, após a conclusão do curso (BRASIL, 2018).
Educação, Formação e Emancipação Humana	Considerando a educação dentro de um processo democrático, tendo em vista que “a emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado” a emancipação humana pode ocorrer “somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas <i>"forces propres"</i> [próprias forças] como forças sociais” (MARX, s.d., p. 38, apud SAVIANI, 2017, p.656). Trata-se, então, de uma “atividade educativa emancipadora” (TONET, 2005, p.155), o que exigirá, “se considerarmos a sociedade atual” e a “educação conservadora”, a necessidade de “uma formação humana integral” e de “lutas conjuntas das classes subalternas, atividades educativas de caráter emancipador, ou seja, revolucionário”, capaz de dotar a formação humana para “educar para a cidadania” para “formar sujeitos autênticos da História, e, deste modo, como indivíduos cada vez mais livres” (TONET, 2016, p.53; 56; 73).
Identidade Social e Crise de Identidade	<p>Para Stuart Hall, na pós-modernidade, caracterizada por “sociedades de mudança constante, rápida e permanente”, o sujeito está em “crise de identidade”, pois vive em uma “polissemia de identidades das quais ele precisa lidar, tais como seu pertencimento ou suas “paisagens culturais” de nacionalidade, de classe, de etnia, de religiosidade, de língua, de sexualidade e de gênero”. Assim, “o sujeito pós-moderno é aquele que não possui apenas uma única ou permanente identidade, mas várias, das quais algumas são contraditórias e outras não são resolvidas”, caracterizando um “jogo de identidades”. Ainda corre a influência da globalização: “identidade é característica de sujeitos que ao passarem pela diáspora não perderam os vínculos com os lugares de origem e suas tradições, porém vivem numa terra da qual eles não surgiram, e esses sujeitos se veem obrigados a traduzirem, “negociar com as novas culturas em que vivem”, sem nunca serem unificados a elas”.(HALL, 2014, p. 09; 12; 16; 52, apud PINA, 2015, p.214; 217).</p> <p>Para Lugarinho (2015, p.10), a Crise de Identidade trata-se de uma “perda de um ‘sentido de si’ estável”, e de uma “descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos”.</p>

Fonte: elaborado pelas autoras a partir da pesquisa

4.5 Matriz de Análise

O conceito de Matriz vem da Matemática, enquanto Matriz de Análise, como parte da metodologia científica, “são encontradas na literatura do campo avaliação”, constituída por critérios, indicadores e padrões, “favorecendo sínteses [...], comparação ou análise” das informações, podendo ser utilizadas para “expressar um modelo lógico [...], monitoramento e matriz de julgamento” (ALVES, NATAL e SAMICO, 2010, 93-94).

A Matriz de pode ser empregada em vários campos, além da Matemática, como no contexto do Planejamento, Avaliação e Gestão de Projetos (PERES, 2011). De acordo com Gomes, Soares e Bronzatto (2015, pp.10; 18), como ferramenta na metodologia de gerenciamento de projetos, a Matriz tem o “intuito de ampliar a reflexão e a análise”, mostrando “eficácia em articular a delimitação dos aspectos estratégicos do projeto, ao apontamento dos resultados, aos indicadores e aos meios de verificação dos mesmos.”

Na Metodologia da Pesquisa, uma Matriz de Dados, como ensina Silva (1987, p.151), é composta de linhas e colunas, em que “nas colunas estão colocadas todas as variáveis incluídas no estudo”, enquanto “nas linhas da matriz de dados estão todos os casos estudados”. O Pesquisador pode adotar três fases na elaboração de uma Matriz de Dados:

Na primeira fase, o pesquisador define uma matriz vazia, ao selecionar variáveis e os casos a serem estudados. Na segunda fase, o pesquisador faz o trabalho de campo que pode ser visto como passos necessários para preencher uma matriz de dados. Na terceira fase da pesquisa a matriz de dados é analisada. (SILVA, 1987, p.151).

Como parte da Análise de Conteúdo, compreendendo a análise qualitativa dos dados, tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, foi utilizada Matriz de Análise, fazendo uso da abordagem na perspectiva crítica, composta por três questões, conforme a seguir.

Assim, na coluna “questões”, foram incluídas as variáveis correspondentes aos objetivos estudados, enquanto nas linhas os dados coletados em campo, nos questionários, passam por uma análise de conteúdo como referência para a

preencher a matriz; em seguida os resultados da matriz são analisados, articulando a teoria e os dados empíricos.

Quadro 2: Matriz de Análise dos Resultados

Questões	Sim, totalmente	Sim, parcialmente	Não	Não foi possível apurar
i) A legislação do Programa PEC-G, incluindo o Decreto 7948 de 2013 e o Edital 2019 do Processo Seletivo para Ingresso no Programa, emitidos pelo MEC, contemplam uma visão desnaturalizada, intenções desvinculadas da performance e, um ideal de emancipação humana?	()	()	()	()
ii) O Programa PEC-G da UFSC atende ao Decreto 7948 de 2013, e, ao mesmo tempo, contempla uma visão desnaturalizada, intenções desvinculadas da performance e, um ideal de emancipação emitido pelo MEC?	()	()	()	()
iii) O Decreto 7948 de 2013 e o Programa PEC-G da UFSC, preveem ações e recursos para mitigar a crise de identidade que afeta aos Estudantes Africanos participantes do Programa?	()	()	()	()

Fonte: elaborado pelas autoras a partir da Fundamentação Teórica

4.6 Amostra

O estudo compreendeu uma pesquisa Censitária e Amostragem intencional, não probabilística, sendo que do total de sessenta e seis Estudantes Africanos do PEC-G da UFSC, contatados, 30 responderam aos questionários.

4.7 Organizações pesquisadas

A pesquisou a organização informal de Estudantes Africanos participantes do PEC-G da UFSC e a Coordenação da Secretaria de Relações Internacionais - SINTER, que administra o Programa PEC-G na UFSC.

4.8 Limitações da pesquisa

A pesquisa tem entre as suas limitações a realização de um estudo de caso, o que não possibilita generalização dos resultados. De forma adicional, o estudo não contemplou um Grupo Focal com os alunos africanos, nem entrevistou os gestores do PEC-G da UFSC, o, que poderia oferecer melhor interpretação dos resultados.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS (RESULTADOS)

O presente capítulo apresenta a análise dos resultados da pesquisa, realizando a análise documental e a análise de conteúdos, compreendendo a legislação e as respostas dadas pelos Acadêmicos Africanos ao questionário.

Pretende-se, assim, averiguar como ocorre o sistema de ingresso, a permanência e a assistência estudantil no PEC-G na UFSC e o processo de inclusão a identidade dos Estudantes Africanos.

5.1 Perfil das Organizações Pesquisadas

A seguir, é feita uma breve apresentação do Departamento de Ciências da Administração - CAD da UFSC e da Secretaria de Relações Internacionais - SINTER.

5.1.1 Departamento de Ciências da Administração – CAD da UFSC

O Departamento de Ciências da Administração, (CAD) está subordinado ao Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), inserir em Florianópolis, SC. Com o seu planejamento estratégico, o CAD tem como missão, compor e a socializar o saber amplo sobre as organizações e sua gestão, por meio da valorização dos potenciais humanos e da otimização dos recursos ambientais e institucionais, em benefício da sociedade (UFSC/CAD, 2016; não paginado).

De acordo com as informações que constam do site do CAD, o Departamento apresenta a seguinte organização (CAD, 2018a):

- i) Chefia do Departamento de Ciências da Administração;
- ii) Coordenadoria de Graduação em Administração Presencial;
- iii) Coordenadoria de Graduação em Administração a Distância;
- iv) Coordenadoria de Estágios;
- v) Coordenadoria de Pesquisa;
- vi) Coordenadoria de Extensão;

- vii) Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Administração;
- viii) Coordenadoria do Programa de Mestrado Profissional em Administração Universitária;
- ix) Coordenadoria do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP);
- x) Coordenadoria de Tutoria;
- xi) Coordenadoria do Laboratório de Produção de Recursos Didáticos para Formação de Gestores (LabGestão);
- xii) Coordenadoria do Laboratório de Inovação e Gestão (LIG);
- xiii) Editoria da Revista Gestão Universitária na América Latina (GUAL);
- xiv) Editora da Revista CAD;
- xv) Secretaria da Coordenadoria de Graduação em Administração Presencial;
- xvi) Secretaria do Departamento de Administração (CAD);
- xvii) Secretaria do Ensino a Distância (EaD).

O CAD gerencia diversas atividades e serviços aos Discentes, entre os quais, o ENADE - Exame nacional de Desempenho dos Estudantes e o Prêmio Nader - Prêmio de Trabalho de Curso Edmon Duarte Nader.

5.1.2 Secretaria de Relações Internacionais da UFSC

Secretaria de Relações Internacionais - SINTER da UFSC “tem por objetivos primordiais promover a interação com organismos e instituições internacionais de ensino superior”, de modo a “apoiar e implementar acordos de cooperação técnica, científica e cultural, bem como viabilizar o intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos” (UFSC, 2018a). Entre os diversos programas internacionais administrados pela Secretaria está o PEC-G, em que a SINTER, conforme seu Site, apresenta informações e serviços aos estudantes-convênio.

5.2 Quanto à Legislação Federal do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação PEC-G

A seguir, é efetuada uma avaliação da legislação federal do PEC-G, aplicando a Matriz de Análise.

5.2.1 Quanto o Decreto 7948 de 2013

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G, é conceituado pelo Edital de Ingresso 2019, como:

Administrado conjuntamente pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC e pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores – DC/MRE, [...] o PEC-G constitui-se num conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes, e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e em seu retorno ao país de origem, ao final do curso. (BRASIL, 2019, p.1).

5.2.1.1 Matriz de Análise do Decreto 7948 de 2013, que regula o PEC-G

A seguir, é aplicada a Matriz de Análise, no que for adequado, conforme a seguir.

Quadro 3: Matriz de Análise do Decreto 7948 de 2013

Questões	Sim, totalmente	Sim, parcialmente	Não	Não foi possível apurar
O Decreto 7948 de 2013 contempla uma visão desnaturalizada, com intenções desvinculadas da performance e um ideal de emancipação humana?	()	()	(x)	()
O Decreto 7948 de 2013 prevê ações e recursos para mitigar a crise de identidade que afeta aos Estudantes Africanos participantes do Programa?	()	()	(x)	()

Fonte: elaborado pelas autoras

5.2.1.2 Análise dos Resultados

O Decreto 7948 de 2013, como política pública, caracterizando um programa de cooperação, com mais de 50 anos, regula o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G, estabelece no Art. 1º, que “destina-se à formação e

qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras” (BRASIL, 2013). O Decreto apresenta, entre outras disposições, os regramentos sobre vagas, inscrições, matrícula, dos prazos e cumprimento do programa. Deste modo, caracteriza-se por um foco na normalização, caracterizando-se pelo funcionalismo, operacionalismo e adaptação educacional (CAVALCANTI, 2004).

Quanto à assistência estudantil, o Decreto, conforme Art. 14º, garante ao “ao estudante-convênio assistência médica, odontológica e farmacêutica pelo Sistema Único de Saúde - SUS” e, segundo o Art. 17º, que o “estudante-convênio receberá, obrigatória, pessoal e gratuitamente, seu diploma, ementas e histórico escolar, legalizados” (BRASIL, 2013).

No entanto, o Decreto 7948 de 2013, tendo em vista sua conformação burocrática e gerencialista, tem merecido pouca atenção, carece de recursos orçamentários, e não oferece auxílios como moradia estudantil (BATISTA, 2014). Dada sua natureza instrumental (DENHARDT, 2008), o Decreto estabelece exigências em termos obrigações de performance para o estudante-convênio, como exigências em termos de matrícula, prazos, regras de cumprimento do programa, como conduta imprópria etc. Assim, além destes aspectos, a Análise de Conteúdo do texto Decreto do PEC-G verificou que a legislação não contempla as categorias da pesquisa: emancipação e identidade social.

5.2.2 Quanto ao Edital PEC-G 2019

O Edital de convocação nº 48 de 2018, que estabelece o Processo seletivo 2019 para ingresso no programa de estudantes-convênio de graduação – PEC-G, regulamenta as vagas, os requisitos para candidatura, a inscrição, seleção e resultados para os candidatos oriundos dos países participantes, da África, Ásia, Oceania, América Latina e Caribe.

5.2.2.1 Matriz de Análise do Edital PEC-G 2019

A seguir, é aplicada a Matriz de Análise, no que for adequado, conforme a seguir.

Quadro 4: Matriz de Análise dos Resultados

Questões	Sim, totalmente	Sim, parcialmente	Não	Não foi possível apurar
O Edital 2019 do Processo Seletivo para Ingresso no Programa, emitidos pelo MEC, contempla uma visão desnaturalizada, intenções desvinculadas da performance e, um ideal de emancipação humana?	()	()	(x)	()
O Edital 2019 do Processo Seletivo para Ingresso no Programa, prevê ações e recursos para mitigar a crise de identidade que afeta aos Estudantes Africanos participantes do Programa?	()	()	(x)	()

Fonte: elaborado pelas autoras

5.2.2.2 Análise dos Resultados

O Edital PEC-G 2019, segue a conformação do Decreto 7948 de 2013, que regula o PEC-G. Neste sentido, destacam-se as exigências de que o estudante-convênio, apresentar “Termo de Responsabilidade Financeira”, “Termo de Compromisso”, “seleção [...] e análise do histórico escolar e demais documentos”, entre outras exigências. (BRASIL, 2019, p.1-5), o que configura uma avaliação de cunho instrumental.

Portanto, o Edital apresenta uma configuração burocrática e gerencialista, de normalização e de adaptação educacional (CAVALCANTI, 2004; DENHARDT, 2008; BATISTA, 2014).

A Análise de Conteúdo do texto Decreto do PEC-G verificou que a legislação não contempla as categorias da pesquisa: emancipação e identidade social. Este resultado, acompanha os achados de Amaral e Meneghel (2015, p.17), que, ao pesquisarem os coordenadores do programa junto ao MEC, apuraram, entre os

resultados, que “o PEC-G atua como ‘um programa anacrônico’, [...], que não vem acompanhando as transformações ocorridas mundialmente em termos de educação superior e de cooperação, [...] para a cooperação educacional no nível universitário”.

5.3 Avaliação do PEC-G junto à SINTER da UFSC

O site da Secretaria de Relações Internacionais - SINTER, apresenta como missão: “coordenar, desenvolver e expandir o processo de internacionalização da UFSC, com vistas à formação de cidadãos com competências globais capazes de impactar positivamente a sociedade em que vivem, colaborando para a visibilidade e inserção internacional da UFSC em um contexto de inclusão e excelência”. A Secretaria tem entre seus valores, o “Respeito pelas diferenças culturais, étnicas e socioeconômicas” (SINTER/UFSC, 2018a).

O site oferece, além de informações sobre a UFSC e a Secretaria, links para inscrições em programas de intercâmbio para estudantes internacionais e estudantes da UFSC, apresentando editais, oportunidades, regulamentações, convênios etc. (UFSC/SINTER, 2018b).

Entre os programas internacionais, a SINTER apresenta o Programa PEC-G, informando que o Programa é administrado pela Secretaria e que “A UFSC já formou mais de 300 estudantes PEC-G desde os anos 1970”, sendo que, “atualmente, há cerca de 120 estudantes PEC-G regularmente matriculados na UFSC”. (UFSC/SINTER, 2018c).

Em termos de assistência aos estudantes-convênio, a SINTER apresenta informações acerca do “Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), oferecido pelo Ministério da Educação (MEC), Bolsa MÉRITO, oferecida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Bolsa Emergencial, oferecida pelo MRE.” (UFSC/SINTER, 2018d).

5.3.1 Matriz de Análise da SINTER

A seguir, é aplicada a Matriz de Análise, no que for adequado, conforme a seguir.

Quadro 5 - Matriz de Análise da SINTER/UFSC

Questões	Sim, totalmente	Sim, parcialmente	Não	Não foi possível apurar
A SINTER contempla uma visão desnaturalizada, intenções desvinculadas da performance e, um ideal de emancipação humana?	()	(x)	()	()
A SINTER prevê ações e recursos para mitigar a crise de identidade que afeta aos Estudantes Africanos participantes do Programa?	()	()	(x)	()

Fonte: elaborado pelas autoras

5.3.2 Análise dos Resultados

Uma análise preliminar, não exaustiva, do Site da SINTER, seguindo o que recomenda a avaliação apresentada por Pacheco e Valentim (2010), é muito satisfatória em termos dos aspectos como a abrangência da informação que o público-alvo necessita, disponibilidade, confiabilidade, integridade e veracidade das informações, entre outros.

Contudo, considerando os aspectos de avaliação “ineditismo, originalidade e agregação de valor” (PACHECO e VALENTIM, 2010, p.329), o site da SINTER apresenta-se insatisfatório, pois limita-se às informações legais, em especial, obedecendo ao Decreto 7.498/2013. A pesquisa não encontrou no Site da SINTER uma página com informações e serviços à comunidade de Estudantes-convênio Africanos.

Apesar do Secretário de Relações Internacionais da UFSC, afirmar que “os programas de estudante-convênio reforçam o caráter multiétnico da Universidade”, e que “além da solidariedade prestada, [...], enriquecem a atmosfera cultural e acadêmica da UFSC” (DAROS, 2015), o Site não informa como a UFSC ou a SINTER contribuem para a missão da Secretaria, apresentada como “formação de

cidadãos com competências globais” para “um contexto de inclusão e excelência” (SINTER/UFSC, 2018a).

Os resultados são preocupantes, se comparados a pesquisas feitas anteriormente. A dissertação de Okawati (2015) ao avaliar o processo de mobilidade estudantil e das transfigurações identitárias dos estudantes africanos matriculados no PEC-G da UFSC, concluiu sobre “os ‘(Des)Encantos Extramuros’ encontrados pelos estudantes africanos durante essa jornada acadêmica”. Este resultado, que apresenta uma avaliação qualitativa, justifica-se pelas informações da SINTER, levantadas por Silva (2018, p.36), onde, a partir do Gráfico 1, de sua monografia, pode-se afirmar que 49% se formaram e 31% dos alunos do PEC-G da UFSC, em relação aos 628 que ingressaram no período de 1970 a 2018, abandonaram, foram transferidos, desistiram, foram eliminados, jubilados ou trocaram de curso.

Em outro trabalho, a dissertação de mestrado de Macamo (2017, p.16), ao avaliar histórias de vidas de estudantes negros, africanos, da UFSC, apurou que os pesquisados:

Experienciaram o intercâmbio acadêmico no Brasil à luz da angústia e de um desprazimento decorrente do terrorismo racial brasileiro e do desprezo da África. Enfim, percebemos que, malgrado tudo, foi a conjuntura da sala de aula que os consternou, atormentou, desesperou, impactou negativamente os seus rendimentos acadêmicos e, no seu pináculo opressivo, fê-los querer abandonar o curso, conduziu-os à depressão e à tentativa de suicídio.

Deste modo, o site da SINTER parece seguir a uma modelagem para atender à “informação geral, estratégica e sobre gestão” (PACHECO e VALENTIM, 2010, p.331). Já a Análise de Conteúdo mostrou que a SINTER não contempla as categorias da pesquisa: emancipação e identidade social.

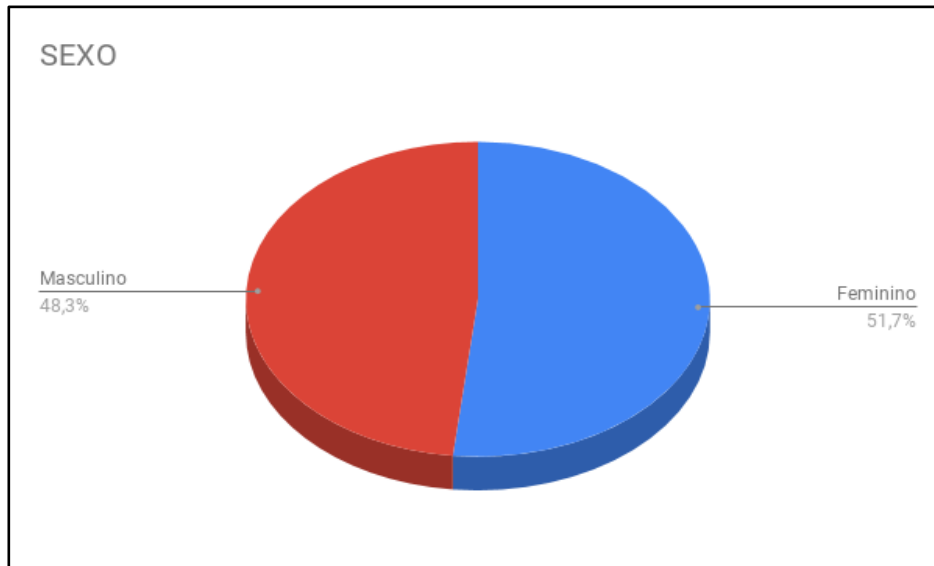
5.4 Quanto à Percepção dos Acadêmicos Africanos sobre o PEC-G da UFSC

A seguir, serão apresentados os principais resultados colhidos da aplicação de questionário junto aos Estudantes-convênio Africanos, do PEC-G da UFSC, que participaram da pesquisa.

5.4.1 Perfil dos Acadêmicos Africanos participantes do PEC-G

Como pode se constatar no gráfico a seguir, o sexo Feminino é predominante com 51,7%, enquanto o Masculino corresponde a 48,3% dos respondentes.

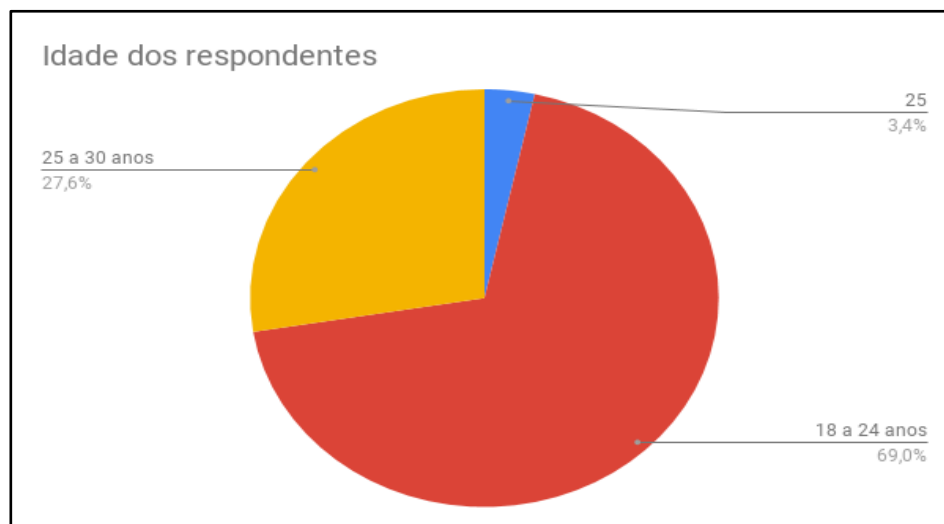
Figura 2: Sexo dos Pesquisados



Fonte: elaboração a partir de dados primários

Em relação a faixa etária, identifica-se que 69% dos entrevistados possuem idade entre 18 a 24 anos, enquanto 27,6% está na faixa de 25 a 30 anos. Ver gráfico a seguir.

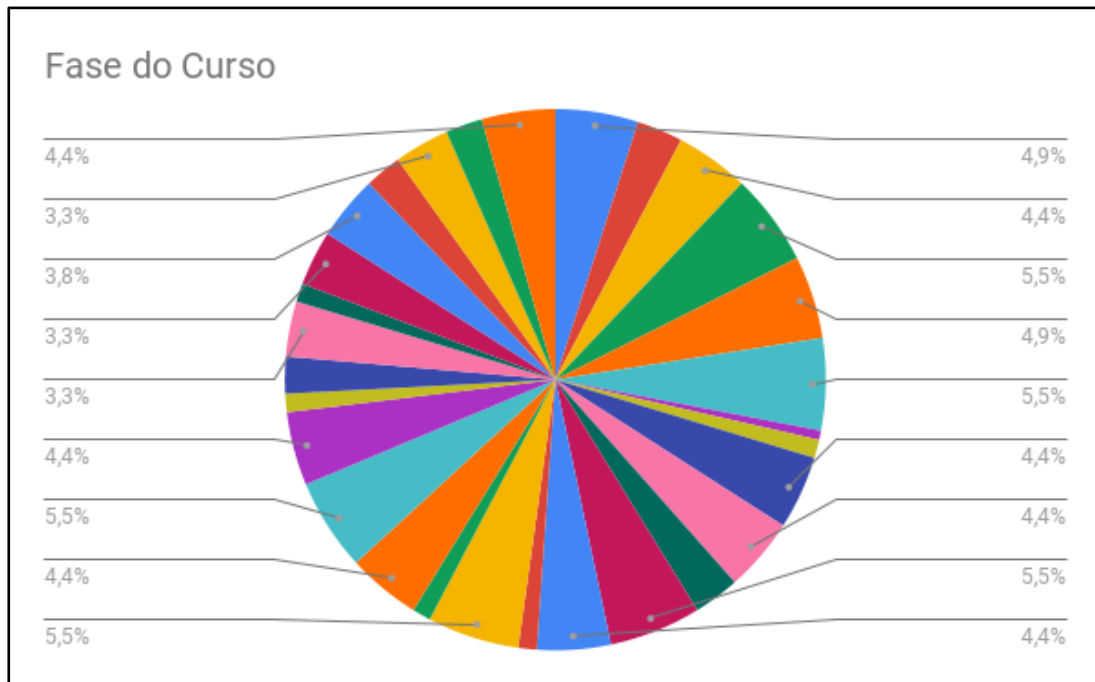
Figura 3: Faixa Etária dos Pesquisados



Fonte: elaboração a partir de dados primários

Quando perguntados sobre a fase do Curso que frequentam na UFSC, 24,1% estão na 8ª fase e 17,2% divide-se em 10ª e 5ª fase do curso e outras fases com 10,3%.

Figura 4: Fases do Curso que frequentam os Pesquisados



Fonte: elaboração a partir de dados primários

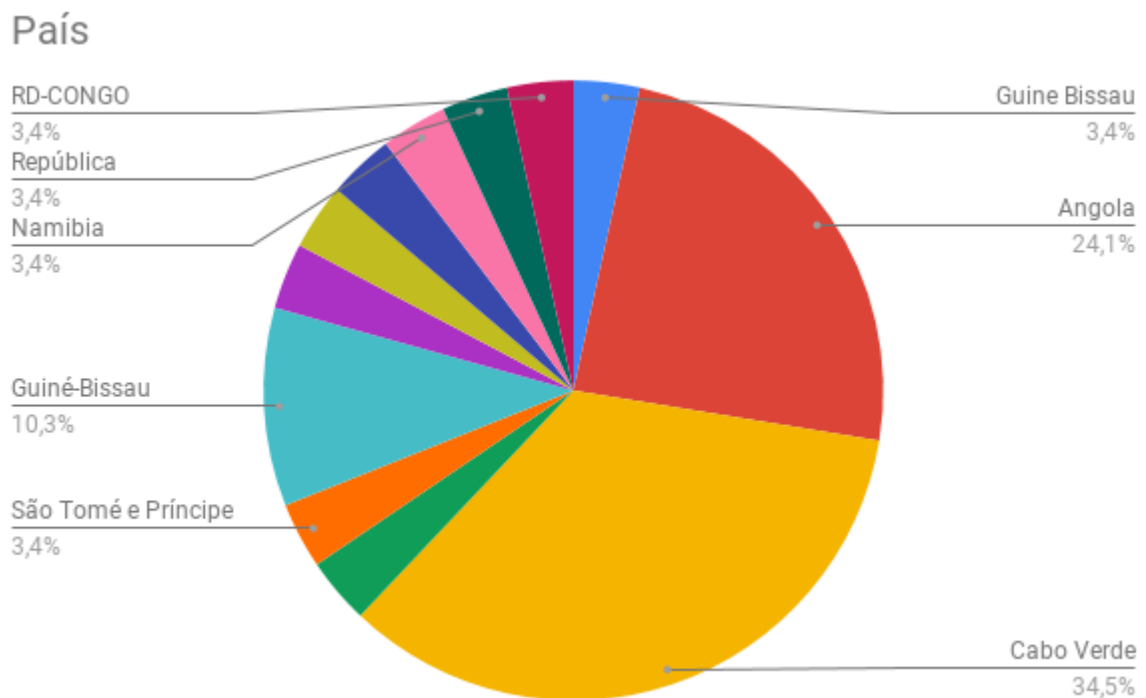
5.4.2 Análise dos Resultados

Perfil dos participantes do PEC-UFSC obedece ao perfil geral dos participantes no país (BRASIL/MRE, 2018), sendo a UFSC a quarta instituição que mais recebeu estudantes-convênio no país, no período 1993-2015 (MACAMO, 2017). De acordo com dados do DAE/UFSC, do período 2004 a 2017, os cursos da UFSC com maior número de mulheres são Administração, Direito e Psicologia, enquanto os cursos com maior presença masculina, são Administração, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil (MACAMO, 2017).

5.4.3 País de Origem dos Acadêmicos Africanos participantes do PEC-G

A questão seguinte, indagou qual os países de origem dos respondentes. Os resultados apontaram que Cabo Verde (34,5%) e Angola (24,1%) são os principais países de origem dos estudantes-convênio, africanos, que frequentam cursos na UFSC.

Figura 5: País de origem dos Pesquisados



Fonte: elaboração a partir de dados primários

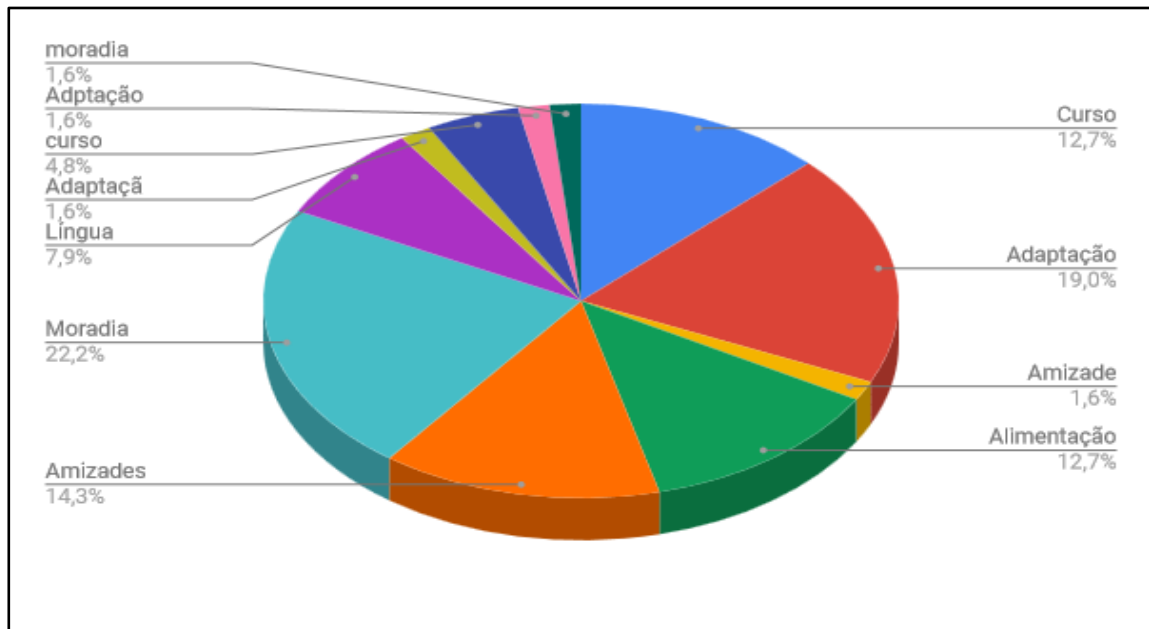
5.4.3.1 Análise dos Resultados

O Perfil dos participantes do PEC-UFSC segue à representação geral dos participantes no programa em todo o Brasil, que tem em Cabo Verde e Guiné-Bissau, o maior contingente de estudantes-convênio africanos (BRASIL/MRE, 2018).

5.4.4 Quanto aos Pontos Fortes, Dificuldades, Indiferenças ou Exclusão encontradas pelos Estudantes-convênio Africanos do PEC-G da UFSC

Quanto às dificuldades que os pesquisados encontraram ao frequentarem o PEC-G na UFSC, os resultados indicaram como principais: i) Moradia (22,2%); ii) Adaptação (19%); iii) Fazer amizades (14,3%); e iv) Alimentação (12,7%). Ver a seguir.

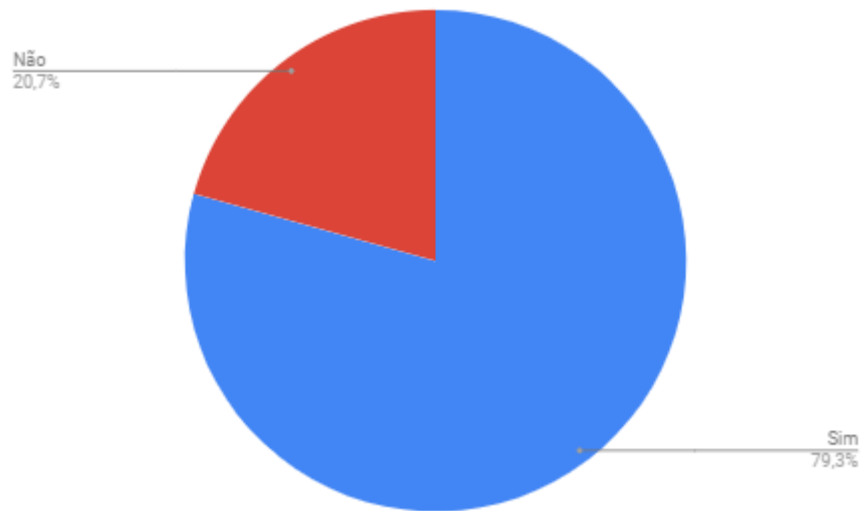
Figura 6: Principais Dificuldades encontradas pelos Pesquisados no PEC-G da UFSC



Fonte: elaboração a partir de dados primários

Ao serem perguntados se sentem alguma indiferença por parte das pessoas na universidade, devido ao fato de não serem brasileiros, 79,3% dos estudantes-convênio africanos responderam sim. Ver a seguir.

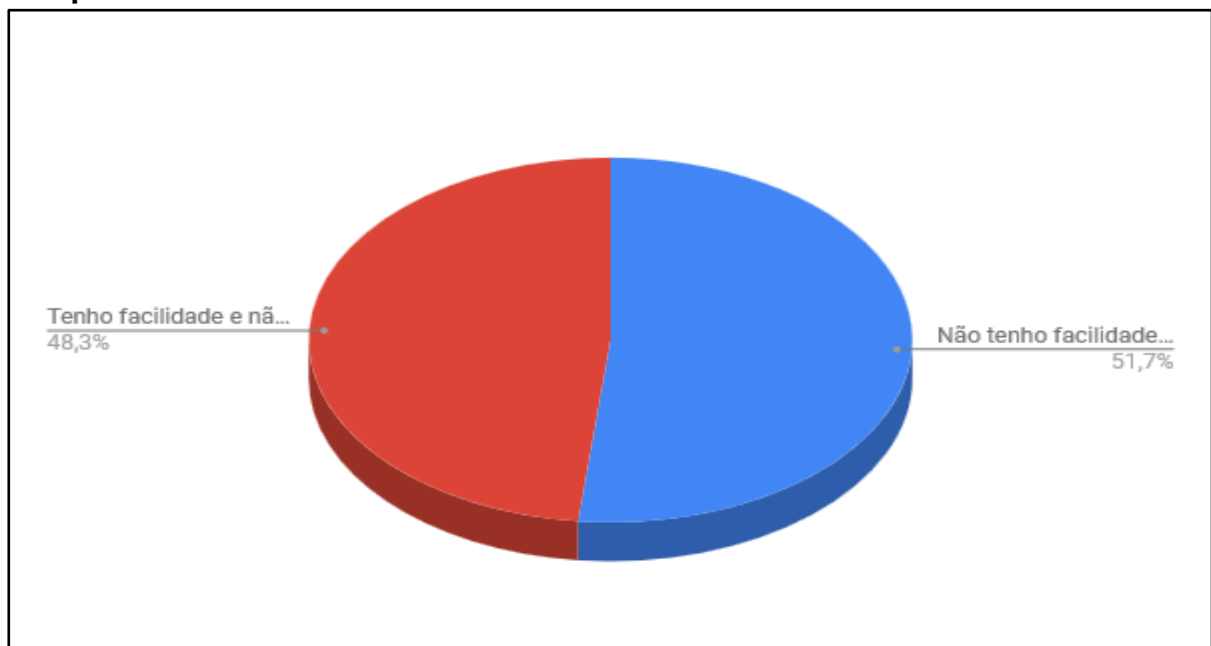
Figura 7: Sentimento de Indiferença por serem estrangeiros, segundo os Pesquisados no PEC-G da UFSC



Fonte: elaboração a partir de dados primários

A questão seguinte, indagou se os pesquisados sentem facilidade para entrar em um grupo ou se sentem excluídos. Os resultados indicaram que 51,7% se sentem excluídos. Ver a seguir.

Figura 8: Sentimento de inclusão ou exclusão nos grupos, segundo os Pesquisados no PEC-G da UFSC



Fonte: elaboração a partir de dados primários

5.4.5 Pontos Fortes do PEC-G UFSC, segundo os Estudantes-convênio Africanos Pesquisados

Os estudantes-convênio africanos pesquisados, foram solicitados, em questão aberta, onde podiam manifestar livremente sua opinião, a apresentar propostas para melhorar o PEC-G. As respostas foram tabuladas e classificadas, em pontos fortes e dificuldades encontradas no Programa, sintetizados nos quadros a seguir.

5.4.5.1 Principais Pontos Fortes do PEC-G UFSC, segundo os Estudantes-convênio Africanos Pesquisados

O quadro a seguir sintetiza os resultados em termos de pontos fortes do PEC_G da UFSC, segundo os respondentes.

Quadro 6 - Pontos Fortes do Programa, segundo os Estudantes-convênio Africanos do PEC-G da UFSC

Pontos Fortes do PEC-G da UFSC, segundo os Estudantes-Convênio Africanos Pesquisados
<ul style="list-style-type: none"> • “Excelente iniciativa”; “Prestativo, ativo”; • “Permite às relações internacionais entre o Brasil e os nossos países”; • “agregar uma mais valia a UFSC”; “Um projeto qualificado entres os estados”; • “Muito acolhedor”; “Somos sempre bem recebidos e atendidos em nossas dúvidas”; • “A UFSC tem cada vez mais se dedicado e se preocupado com o Programa”; • “Um programa que ajuda os estudantes a prepararem seu futuro”; • “Fomenta e difunde o conhecimento com estudantes das diversas partes do mundo” .

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados primários

5.4.5.2 Dificuldades do PEC-G UFSC, segundo os Estudantes-convênio Africanos Pesquisados

O quadro a seguir traz alguns extratos colhidos acerca das principais dificuldades colhidas dos depoimentos dos Estudantes-convênio Africanos pesquisados.

Quadro 7 - Principais Dificuldades Encontradas pelos Estudantes-convênio Africanos do PEC-G da UFSC

Principais Dificuldades Encontradas pelos Estudantes-convênio Africanos do PEC-G da UFSC Pesquisados
<ul style="list-style-type: none"> • ‘Falta de Moradia estudantil”; • “Não inclusão nas políticas sociais da UFSC”; • “Desatualização da bolsa Promisaes”; • “Falta de maiores oportunidades e facilidades de eventos complementares à formação”; • “Falta de maior acompanhamento e apoio aos estudantes”; • “Muitas regras, exigências, que afetam psicologicamente o estudante”; • “Proibição ao estudante-convênio de participar de intercâmbio internacional e de trabalhar, com vínculo empregatício; • “As regras e normas do PEC_G são muito rígidas”.

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados primários

5.4.5.3 Análise dos Resultados: Pontos Fortes e Dificuldades do PEC-G UFSC

O Governo Federal e as universidades conveniadas valorizam o Programa PEC-G (UFAL, 2017; BRASIL/MRE, 2018; UFSC/SINTER, 2018c), e os próprios pesquisados apontaram pontos fortes do PEC-G, pois é indiscutível seu valor e seu tempo de existência de mais de 50 anos, completados recentemente (MEC, 2014).

Como todo programa, ele apresenta pontos fortes e pontos fracos. É o que constatou Lourenço (2016, p.6), ao pesquisar estudantes do PEC-G da Universidade Federal de Roraima:

Apesar da existência de graves, enfermidades, falta de recursos financeiros devido a problemas familiares e outros contratemplos enfrentados pelos estudantes PEC-G, o aprendizado tem sido intenso, diversificado, conduzindo a uma reflexão individual e coletiva sobre projetos de vida, propiciando discussões sobre consciência negra, racismo, valorização da cultura africana, busca de reconhecimento e respeito diante de um cenário crítico de preconceito racial no Brasil e no mundo.

O Programa apresenta dificuldades, como apontaram Amaral e Meneghel (2015, p.18-19), que, entre outros resultados, concluíram da necessidade de que o “PEC-G passasse a ser visto e desenvolvido como uma política educacional de apoio e fomento à internacionalização da ES, não apenas como uma política externa, do contexto no qual foi criado”, bem como, “criar estratégias para inserir os estudantes do PEC-G na vida acadêmica”.

As dificuldades e os sentimentos de indiferença e exclusão dos estudantes africanos matriculados no PEC-G da UFSC, apurados na presente pesquisa, corroboram os achados de Okawati (2015), que identificou “os (Des)Encantos Extramuros”, de Macamo (2017), que detectou o preconceito racial brasileiro e uma desvalorização da África.

De acordo com o que registrou o evento comemorativo do PEC-G 50 anos, os principais desafios enfrentados pelos estudantes do Programa são “moradia e alimentação” e “recursos financeiros para manutenção”, “isolamento e integração social”, “preparação prévia e acolhimento”, sendo, então necessário, promover ações em vários eixos, como a “Vida acadêmica dos estudantes”, “Rede de Ex-alunos PEC-G”, “Estratégias de Gestão PEC-G nas IES” e “Ensino de língua portuguesa para candidatos e estudantes PEC-G.” (MEC, 2014, p.9; 13-14).

Em relação à identidade social, os africanos participantes do PEC-G da UFSC, evidenciaram que estão em crise, pois 79,3% dos respondentes afirmam que se sentem indiferença na universidade por não serem brasileiros e 51,7% tem dificuldades de fazer parte de grupos.

Este resultado traduz o que a literatura aponta como “identidade é característica de sujeitos que ao passarem pela diáspora não perderam os vínculos com os lugares de origem e suas tradições, porém vivem numa terra da qual eles não surgiram”, sendo obrigados a “negociar com as novas culturas em que vivem, sem nunca serem unificados a elas” (HALL, 2014, p. 09; 12; 16; 52, apud PINA, 2015, p.214; 217).

Neste contexto, “os (as) estudantes africanos buscam seus espaços de integração e revitalização”, sendo que a “cultura desempenha um papel chave como fonte de identidade, foco de resistência à exclusão e da discriminação (ANDRADE, 2011). Diante dos desafios dos estudantes estrangeiros, cabe ao PEC-G a “necessidade de se repensar a influência das condições materiais, sociais e afetivas às quais estão submetidos os [...] candidatos ao PEC-G.”. (YAMANAKA, 2013, p.viii).

5.4.6 Propostas para a melhoria PEC-G UFSC, segundo os Estudantes-convênio Africanos Pesquisados

O quadro a seguir lista algumas das principais propostas apresentadas pelos estudantes-convênio africanos pesquisados.

Quadro 8 - Propostas para a Melhoria do PEC-G da UFSC, apresentadas pelos pesquisados

Principais Propostas para a Melhoria do PEC-G da UFSC
<ul style="list-style-type: none"> • “Liberar a moradia estudantil, para os alunos PEC-G. • “Que sejamos enquadrados no edital das políticas sociais da UFSC.” • “Atualização dos valores das Bolsas”; • “Criar oportunidades de formação complementar”; • “Implantar programas de apoio e acompanhamento ao estudante”; • “Criar oportunidades de intercâmbio e de geração de trabalho e renda; • “Flexibilização das normativas do PEC-G”.

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados primários

5.4.7 Notas das Observações e das Entrevistas não Estruturadas

A partir dos resultados da pesquisa, complementados pela observação e entrevistas não estruturadas, foi possível listar os seguintes elementos que completam e auxiliam no entendimento dos resultados apurados.

- i) A experiência da pesquisadora, como aluna africana e estudante-convênio do PEC-G da UFSC, corrobora com os resultados da pesquisa;
- ii) Os estudantes-convênio africanos do PEC-G da UFSC, apesar de reconhecerem o valor e a importância do programa, sentem-se como vítimas, pois sofrem, de um lado, com a legislação que é restritiva e seletiva, e os impede de trabalhar; e, de outro, são sujeitos aos preconceitos devido ao racismo que sentem no dia-a-dia da convivência no Brasil;
- iii) Os estudantes sofrem com o fato de que, conforme a legislação, ao se candidatarem ao Programa, ter que assinar Termo de Responsabilidade Financeira, e apresentar comprovante(s) de renda que ateste sua capacidade de

custear sua viagem ao Brasil e o retorno a seu país, bem como sua instalação e manutenção ao longo da duração do curso;

- iv) Adicionalmente, além de depender da ajuda financeira da família, ainda sofrem os prejuízos da conversão de câmbio moeda de seu país para o Dólar/Real. Isto precariza ainda mais a situação dos estudantes-convênio africanos do PEC-G;
- v) Ressalte-se que no convênio internacional do PEC-G não há obrigação do país africano em prestar auxílio financeiro aos estudantes-convênio, enquanto o governo brasileiro oferece ao estudante-convênio assistência médica, odontológica e farmacêutica pelo Sistema Único de Saúde - SUS, podendo as instituições de ensino participantes nos termos da lei, conceder auxílio para custeio de moradia, transporte ou alimentação, condicionado ao bom aproveitamento acadêmico.

6 CONCLUSÕES E PROPOSTAS DE AÇÕES

Este tópico apresenta as principais conclusões e propostas resultantes da pesquisa, a partir dos resultados apurados. Assim, são sintetizadas as principais conclusões para cada objetivo específico, seguida de proposições e recomendações.

6.1 Quanto ao Primeiro Objetivo Específico: Identificar o Processo percorrido pelo Aluno Africano Participante do PEC-G para Ingresso na UFSC

Os resultados mostraram que o PEC-G é administrado de modo centralizado pelo Governo Federal. Os estudantes-convênio africanos da UFSC foram selecionados e ingressaram no PEC-G da UFSC, obedecendo à legislação, ou seja, o Decreto 7948 de 2013 e os Editais de Processos Seletivos, geridos conjuntamente pelo Governo Federal, Ministério da Educação - SESu/MEC e pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores - DC/MRE. A SINTER/UFSC apenas gerencia o PEC-G, cumprindo a legislação.

Deste modo, as principais demandas e dificuldades, como auxílio moradia, atualização das bolsas e flexibilização da legislação, apontadas pelos estudantes-convênio africanos, não podem ser atendidos, uma vez que a UFSC não tem autonomia, nem recursos orçamentários disponíveis.

Tal problemática é conhecida nacionalmente, pois foi levantada no Encontro Nacional do PEC-G, realizado em Brasília, em 2014, onde o Grupo de Trabalho Gestão, apontou entre as medidas para fortalecimento do Programa, “aprofundar as definições da autonomia das IES no âmbito do PEC-G” (MEC, 2014, p.11).

6.2 Quanto ao Segundo Objetivo Específico: Verificar como ocorre a Identidade social na legislação e no PEC-G da UFSC

Considerando que na atualidade de “sociedades de mudança constante, rápida e permanente”, o sujeito está “crise de identidade” e, muitas vezes, com identidades “contraditórias e outras não são resolvidas”, (HALL, 2014; PINA, 2015), a pesquisa identificou que os estudante-convênio africanos do PEC-G da UFSC não perderam os vínculos com os lugares de origem e suas tradições, mas tiveram que

enfrentar novas identidades. Vivendo em terras catarinenses, tiveram que passar por desafios e se adaptar, enfrentando dificuldades de adaptação, indiferença por não serem brasileiros, dificuldades para fazer amizades e de fazer parte de grupos.

Esta questão também ocorre em todo o país, conforme Encontro Nacional do PEC-G, de 2014, que identificou a necessidade de “integração dos alunos, nos campos social, cultural, acadêmica e cientificamente”, de modo a “promover o envolvimento completo do aluno, em ensino, pesquisa e extensão” (MEC, 2014, p.11).

Em SC, a situação foi apurada por Okawati (2015) ao avaliar o processo de mobilidade estudantil e das transfigurações identitárias dos estudantes africanos matriculados no PEC-G da UFSC, concluindo que houve ‘(Des)Encantos Extramuros’ dos estudantes africanos no percurso da jornada acadêmica.

Em razão da problemática, os respondentes apontaram sugestões para a melhoria do PEC-G e do programa gerenciado pela universidade, destacando-se a necessidade de inclusão dos estudantes-convênio nas políticas sociais da UFSC e melhor acompanhamento e apoio aos africanos do PEC-G.

6.3 Quanto ao Terceiro Objetivo Específico: Investigar as dificuldades encontradas pelos alunos PEC-G para frequentar o Curso de Graduação na UFSC

O trabalho apurou que os estudantes-convênio africanos pesquisados apontaram como principais dificuldades o fato de serem tratados com indiferença e se sentirem excluídos, dificuldades de adaptação, além das carências de moradia, alimentação e bolsas de auxílio financeiro.

O Encontro Nacional do PEC-G, de 2014, também identificou a problemática do isolamento e a de falta de integração social, tendo detectado o “racismo e a xenofobia” e a necessidade de revisão normativa para facilitar a adaptação dos estudantes (MEC, 2014, p.13-14).

Conforme se pode afirmar a partir da avaliação documental e bibliográfica, a situação decorre da legislação de cunho gerencialista e instrumental, com o PEC-G gerenciado de forma centralizada pelo Governo Federal, assim, como, o Programa obedecer a uma conformação de política externa, em detrimento da política educacional e de fomento à internacionalização (AMARAL e MENEHEL, 2015).

No contexto da UFSC a pesquisa apurou que a SINTER/UFSC parece se conformar à legislação, sem, contudo, apresentar medidas e recursos que possam resolver ou amenizar as situações apontadas pelos estudantes-convênio africanos.

Em razão da problemática, os pesquisados apontaram sugestões para a melhoria do PEC-G e do programa gerenciado pela universidade, entre as quais, a flexibilização das normas do programa, a atualização dos valores das bolsas e a criação de oportunidades de intercâmbio e de geração de trabalho e renda.

6.4 Quanto ao Quarto Objetivo Específico: Propor Ações para melhorar o PEC-G para os Alunos Africanos

A partir da pesquisa documental e bibliográfica, dos resultados da pesquisa e das sugestões apontadas pelos estudantes-convênio africanos do PEC-G da UFSC, pode-se listar como principais ações as listadas a seguir.

i) Para a UFSC e a SINTER

- Incluir os estudantes-convênio africanos nas ações afirmativas da UFSC;
- Implantar ações específicas de promoção da inclusão e participação do estudante-convênio do PEC-G nas atividades integradas de ensino-pesquisa-extensão;
- Instituir e ampliar programas de apoio pedagógico, de nivelamento, reforço em disciplinas críticas e apoio psicológico aos estudantes-convênio africanos;
- Promover encontros semestrais da comunidade de estudantes-convênio, como forma de acompanhamento e avaliação;
- Ampliar a transparência e as informações do PEC-G no site da SINTER;
- Promover eventos e atividades complementares específicas, extracurriculares e de valorização da cultura africana;
- Criar incentivos para que os diretórios acadêmicos e associações de estudantes da UFSC integrem os estudantes-convênio africanos em seus programas e ações, promovendo o acolhimento, a solidariedade e a inserção social.

ii) Para os Estudantes-Convênio Africanos

- Criar nas redes sociais a “Comunidade PEC-G Brasil-África”, promovendo nas redes virtuais, a integração e trocas de experiências entre os atuais estudantes-convênio do PEC-G e ex-alunos;
- Iniciar nas redes sociais um movimento nacional para o fortalecimento do PEC-G, atualização da legislação do PEC-G e flexibilização da legislação, criando possibilidades para os estudantes-convênio possam trabalhar, transferir de cursos, participar de intercâmbios, receber auxílio moradia, entre outras medidas.

Conclui-se que o PEC-G é um Programa com mais de 50 anos, sendo realizado na UFSC desde os anos de 1970, tem resultados positivos reconhecidos, tem seu valor e importância histórica, como programa de cooperação internacional e de inclusão por meio da educação.

A avaliação por meio da Matriz de Análise demonstrou que a legislação do Programa PEC-G, bem como as ações da UFSC obedecem a uma conformação vinculada à performance, com ações insuficientes nos campos da educação e da promoção da emancipação humana. Tal situação, demonstrou incapacidade de identificar e mitigar a crise de identidade e as condições de assistência aos Estudantes Africanos participantes do Programa na UFSC.

Assim, a pesquisa bibliográfica e análise documental e a pesquisa realizada com os estudantes-convênio africanos do PEC-G da UFSC, mostram que o Programa precisa atualizar-se e ampliar suas ações para fortalecer seu papel educacional, de modo a ampliar a inclusão, a identidade e a cidadania. Neste sentido, a pesquisa apontou resultados relevantes e listou algumas sugestões que podem ser úteis às partes interessadas: gestores universitários, corpo docente, discentes e comunidade africana do PEC-G da UFSC.

REFERÊNCIAS

ADORNO Theodor W. **Educação e Emancipação**. Paz e Terra, 1995.
<http://www.verlaine.pro.br/txt/pp5/adorno-educacao.pdf>

ALVES, C. K. A. NATAL S. SAMICO, E. Felisberto. **Interpretação e análise das informações: O uso de matrizes, critérios, indicadores e padrões**. In: SAMICO I, Felisberto E, FIGUEIRÓ AC, FRIAS PG (org). Avaliação em Saúde: Bases Conceituais e Operacionais. Rio de Janeiro: MedBook; 2010. p.89-107.

ALVEZ, Diego Ossido. **Os serviços modelo como alternativa de extensão universitária para a formação discente com autonomia estudantil frente aos novos desafios educacionais e societários: um estudo de caso do curso de administração do centro de ciências da administração (cad) da UFSC**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187634>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

AMARAL, Nelson Cardoso. **O Financiamento da Educação superior: Estado X Mercado**. ed.5. Editora Cortez. São Paulo, 2013.

AMARAL, Joana de Barros. **Atravessando o Atlântico: o Programa Estudante Convênio de Graduação e a cooperação educacional brasileira**. Brasília – DF. Universidade de Brasília – UNB, 2013. 145 p. Dissertação, Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação. Centro de Estudos Avançados – CEAM, Brasília – DF, 2013.

AMARAL, Joana de Barros. MENEGHEL, Stela Maria. **Programa estudante convênio de graduação (PEC-G): de um programa da década de 1960 para uma política educacional**. 37ª Reunião Nacional da ANPEd . 2015, UFSC – Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4106.pdf>>. Acesso em: 11.10.2018.

ANDRADE, Zenaida Tatiana Monteiro. **Da política pública para as/os estudantes-convênio de graduação no Brasil: Algumas considerações pontuais**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 86, mar 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9036&revista_caderno=16>. Acesso em: 11.10.2018.

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Adaptação à universidade de estudantes internacionais: um estudo com alunos de um programa de convênio**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902009000100006>. Acesso em: 22 out. 2018

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. 4ª Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

BATISTA, Hilton Sales. **O Projeto Milton Santos de acesso ao ensino superior (PROMISAES) como política de assistência** **Dissertação de Mestrado Profissional em Educação**. Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19776/1/2015_HiltonSalesBatista.pdf> Acesso em: 22.10.2018.

BATISTA, Hilton S. **O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e seus aspectos na administração burocrática e gerencialista**. Dissertação. Mestrado Profissional em Administração. Universidade de Brasília. UNB, 2015. http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19776/1/2015_HiltonSalesBatista.pdf

BELLA, Gabi Di. CHRIST, Gui. **'Quando cheguei, descobri o que era ser negra': como africanos veem o preconceito no Brasil: imigrantes falam à BBC Brasil sobre o contato com a discriminação e a descoberta tardia de identidade racial**. BBC. 20/11/2016. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/11/quando-cheguei-descobri-o-que-era-ser-negra-como-africanos-veem-o-preconceito-no-brasil.html>

BERGER, Peter e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade, Petrópolis, Vozes, 1974.**
<https://cristianorodriguesdotcom.files.wordpress.com/2013/06/bergerluckman.pdf>

BOCCHI, Silvia Cristina Mangini; JULIANI, Carmen Maria Casquel Monti; SPIRI, Wilza Carla. **Métodos qualitativos de pesquisa: uma tentativa de desmistificar a sua compreensão: manual de estudos para alunos de pós-graduação**. Botucatu: FMB - UNESP, 2008.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. **Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais**. Gestão universitária: os caminhos para a excelência. Porto Alegre: Penso, p. 19-42, 2013.

BRASIL. **Programa PEC-G: programas e ações**. 2018b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/253-programas-e-acoes-1921564125/pec-g-861210805/12276-pec-g>> Acesso em: 26/10/18.

_____. **Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G**. 2018a. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>> Acesso em: 26/07/18.

_____. **Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013**. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm

_____. **Edital de Convocação nº 48. Processo seletivo 2019 para ingresso no programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G.** Brasília, 14 de junho de 2018. http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/2019/Edital_PEC-G_2019.pdf

_____. **Manual do Estudante-Convênio PEC-G. Ministério das Relações Exteriores – MRE.** Sem data. http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/docs/Manual_do_Estudante-Convenio_PT.pdf

_____. **Edital de convocação nº 48 de 14 de junho de 2018. Processo seletivo 2019 para ingresso no programa de estudantes-convênio de graduação – PEC-G. MEC/SESu.** 2019. http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/2019/Edital_PEC-G_2019.pdf Não paginado.

BUARQUE, Cristovam. **Uma Idéia de Universidade.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BUENO, Sinézio Ferraz. **Educação e Filosofia**, 10 (20). Jul.Dez. 1996. <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/936>

CABRAL, Matos Alves. **Estudantes Africanos nas IES Brasileiras: O Programa de Estudantes-Convênio - PEC-G.** Dissertação de Mestrado. Programa Pós-graduação em Sociologia, UFRGS, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131630>> Acesso em: 23.10.2018.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo: Unesp, 1999.

CATANI, Afrânio M.; et al. **Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos curso de graduação no Brasil.** Ed.3. Editora Atlas. São Paulo, 2016.

CAVALCANTI, Marly. **Investigação Emancipadora Crítica: Poder e Participação, A Resistência Crítica em Teoria Organizacional no Brasil.** Revista de Administração, [S.l.], jul. 2009. Disponível em: <<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/132/229>>. Acesso em: 27 out. 2018.

CUNHA, L. Antônio. **O Ensino de Graduação na Universidade Brasileira: perspectiva histórica e questões atuais.** Texto preparado para o VI Encontro Nacional de Pró Reitores de Graduação, Ouro Preto, Setembro, 1988.

_____, Luiz Antônio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil.** ed.7. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2015.

DAROS, Gabriel. **UFSC recebe 38 novos alunos estrangeiros nos programas de Estudante-Convênio.** SINTER: Convênios. 12.fev.2015. <http://sinter.ufsc.br/2015/12/02/ufsc-recebe-38-novos-alunos-estrangeiros-nos-programas-de-estudantes-convenio/>

DAVEL, E; ALCADIPANI, R. **Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990.** Revista de Administração de Empresas, v. 43, n. 4, p. 72-85, out./dez. 2003. https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902003000400006.pdf

DESIDÉRIO, Edilma de Jesus. **Migração Internacional com fins de estudo: o caso dos africanos do Programa Estudante-Convênio de Graduação em três universidades públicas no Rio de Janeiro.** Dissertação – Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, 2006.

DENHARDT, Robert B. **Teoria Geral de Administração Pública.** 5.ed. Tradução de Francisco Heidemann. Florianópolis: ESAG/UDESC, 2008, Cap.8.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e Avaliação: ente a ética e o mercado.** ed.6. Editora Insular. Florianópolis, 2014.

DURHAM, Eunice Ribeiro e SAMPAIO, Helena. **O Ensino Privado no Brasil. Série: Documentos de Trabalho.** São Paulo: USP/NUPES, março, 1995.

_____, Eunice Ribeiro. **A Universidade Brasileira -os impasses da transformação.** Ciência e Cultura 38 (12), dezembro, 1986.

EXTERIORES, Ministério de Relações. **Histórico do Programa: Introdução.** Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>>. Acesso em: 18 out. 2018.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A Universidade do Brasil: das origens à construção.** ed.5. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará - UECE, 2002. [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila -
METODOLOGIA DA PESQUISA%281%29.pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf)

FREITAS, Rilda Bezerra. **Identidade e diáspora: a redefinição identitária de estudantes africanos no Brasil.** Revista Espaço Acadêmico, n. 145, Junho de 2013.

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/20151/11237>

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GERHARDT, Tatiana Engel. II. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Metodologia da pesquisa científica**. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Marcos Affonso Ortiz. SOARES, Neluce. BRONZATTO, Luiz Augusto **Metodologias Participativas: Elaboração e Gestão de Projetos**. SOMA. WWF. 2015.
<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/2016/julho/Jul.16.13%20pdf.pdf>

GOMES, Válter. MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes. SARAIVA, Ernani Viana. **O Ensino Superior no Brasil: breve histórico e caracterização**. Ci. & Tróp. Recife, v. 42, n. 1, p. 106-129, 2018. file:///C:/Users/Garrido/Downloads/1647-2654-1-PB.pdf

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia, 2003,12(24), 149-161.
<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04>

GOOGLE. **Formulários para Pesquisa.2018**. <https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **África, Portugal e Brasil: Um novo Triângulo das Bermudas?** Cadernos CERU, série 2, v. 23, n.2. dez 2012.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss**. Online. 2012. <https://houaiss.uol.com.br/>

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2018.

KERCH, Aline Louise. **A Administração no Brasil: Refletindo Sobre Cursos, Currículos e Formação do Administrador**. XVI Mostra de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. UCS, 2016.

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvimostrappga/paper/view/4895>

LEAL, Fernanda Geremias. MORAES, Mário César Barreto. **Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Educação Superior: o caso do programa estudante-convênio de graduação**. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n. 143, p. 343-359, June 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000200343>. Acesso em: 02.10.2018.

LIBERATO, Ermelinda. **A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil**. 2012.

LOURENÇO, Izaulina Videira Ramos. **“Filhos da África na UFRR”: vivências e experiências dos estudantes PEC-G / Izaulina Videira Ramos Lourenço**. – Boa Vista, 2016. <https://ufr.br/ppgsof/index.php/dissertacoes/category/18-d2014.html?download=340:izaulina-videira-ramos-lourenco>

LUCKESI, Carlos et al. **Fazer Universidade: uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 1986.

LUGARINHO, Mário César. **Identidade e literatura em países africanos de língua portuguesa**. E-Disciplinas USP. Universidade de São Paulo. 2015. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4120828/mod_resource/content/1/identidade_s.pdf

_____. **Masculinidade e colonialismo: em direção ao “homem novo” (subsídios para os estudos de gênero e para os estudos pós-coloniais no contexto de língua portuguesa)**. Abril – NEPA / UFF, [S.l.], v. 5, n. 10, p. 15-38, apr. 2013. ISSN 1984-2090. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/revistaabril/article/view/16337/10095>>. Acesso em: 12. ago.2018.

MACAMO, Arestides Joaquim. **O programa estudante-convênio de graduação e histórias de vidas de estudantes negros, africanos e com histórico de carência de recursos econômicos**. Dissertação de Mestrado. UFSC, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189907>

MACIEL, Terezinha de Jesus. **Formation of Human Resources (Faculty Members) for the Federal University of Ceará, Brazil: Profile, Perceptions, and Process**. Dissertação submetida ao Michigan State University para obtenção do grau de Doctor of Philosophy, 1986.

MARCOVITCH, Jacques. **A Universidade Impossível**. São Paulo: Futura, 1998.

MARTINS, Caio Antônio. MARTINS, Gabriel Santana. **Ontologia Marxista, Emancipação Humana e Estudos Organizacionais**. XXXV Encontro ANPAD. Rio de Janeiro, 2011. <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR270.pdf>

MATTOS, Claudio Leopoldino de. **IDENTIDADE: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28307/28307.PDFXXvmi>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. **A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 823 a 848, jan. 2005. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6789>>. Acesso em: 12 out. 2018.

MEC. **PEC-G: Comemoração dos 50 anos do Programa. Encontro Nacional de Avaliação do PEC-G. 2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17024-pec-g-divulgacao-encontro-nacional-nov-2014&category_slug=fevereiro-2015-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 11.09.2018.

MEC. **PEC-G**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pec-g>>. Acesso em: 18 set. 2018

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MONTAGUE, Alexandra; SILVA, Paulo Bessa da; MARTINS, Vanessa. **Cooperação internacional para mobilidade estudantil: o caso da Umesp e da Zuyd**. Disponível em: <<https://www.redemetodista.edu.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/viewFile/705/650>>. Acesso em: 21 nov. 2018

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf> Acessado em 19.out.2018.

MOROSINI, Marília C. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da Educação Superior: conceitos e práticas**. Educar em Revista, v. 28, p. 107-124, 2006. <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2009/11/ensino-superior>: Acesso 09/10/2018.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos. **"O mito atlântico": relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de construção e reconstrução de suas identidades étnicas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia social. UFRGS. 2006.

NASCIMENTO, Wagner Lemes do; CABRAL, Frederico Matos Alves. **A inserção dos estudantes africanos e afro-brasileiros na Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (UFRGS).** Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/69694/39240>>. Acesso em: 16 out. 2018.

OKAWATI, Juliana Akemi Andrade. **Estudantes Africanos na UFSC: (des)encantos extramuros na jornada acadêmica. Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.** UFSC. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/134945/334116.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 04.10.2018.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração.** Catalão: UFG, 2011. https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf

PACHECO, Cíntia Gomes. VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Informação e conhecimento como alicerces para a gestão estratégica empresarial: um enfoque nos fluxos e fontes de informação.** In: VALENTIM, Marta. (Org.). Gestão, Mediação e Uso da Informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. <http://books.scielo.org/id/j4gkh/pdf/valentim-9788579831171-16.pdf>

PERES, Ursula Dias. **Elaboração e Gestão de Projetos no Setor Público: Método ZOPP.** USP/ILP. São Paulo, 2011. <http://docplayer.com.br/8292974-Elaboracao-e-gestao-de-projetos-no-setor-publico-professora-ursula-peres-sao-paulo-2011.html>

PRETTE, Almir del; PRETTE, Zilda A. P. del. **Assertividade, sistema de crenças e identidade social.** Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/169/182>>. Acesso em: 16 out. 2018.

PINA, Max Lânio Martins. **Resenha: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.** *Élisée, Rev. Geo.* UEG: Anápolis, v.4, n.1, p.213-218, Jan./jun. 2015. www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/download/3562/2531

PINTO, Álvaro Vieira. **A Questão da Universidade.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

RODRIGUES FILHO, J. **Um estudo da produção acadêmica em administração estratégica no Brasil na terminologia de Habermas.** *RAE- eletrônica - v. 3, n. 2,*

Art. 21, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n2/v3n2a05.pdf>>. Acessado em 06.out.2018.

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ROSSI, Amanda. Moçambique. **O Brasil é aqui**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Roberta de Freitas; CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. **Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África. História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan.-mar. 2015, p.23-47.

SANTOS, Cícero Gabriel. **Construção Identitária: narrativas de um aluno africano vinculado ao programa estudante convênio-graduação (PEC-G)**. PERcursos Linguísticos. Vitória (ES). V. 8. n. 18. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipação da universidade**. ed.5. Editora Cortez. São Paulo, 2014.

SILVA, Edna Lúcia. MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4ª edição. UFSC, Florianópolis, 2005. https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf

SILVA, Gilda Olinto do Valle. **A matriz de dados e a metodologia da pesquisa em Ciência da Informação**. Revista Ciência da Informação. v. 16, n. 2 (1987). <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/258>

SILVA JR., João dos Reis; SGUISARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil reformas do Estado e mudanças na produção**. ed.9. Editora Cortez. São Paulo, 2016.

SILVA, Rolsaete Ludmila. **Trabalho de Conclusão de Curso. Cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil na educação: programa de estudantes convênio de graduação (PEC-G) na UFSC**. 2018. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188648/Monografia%20Rolsaete%20Ludmila%20Silva.pdf?sequence=1>. Acessado em: 04.10.2018.

SOUZA, Eda Castro Lucas de; NASCIMENTO, Thiago Gomes. **Escala Trifatorial da Identidade Social (ETIS): Evidências de sua Adequação Psicométrica**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000200217&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 set. 2018.

SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) UFRJ, Escola de Serviço Social, 2005.

SZWAKO, José. **Identidades liquidadas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200017>. Acesso em: 22 out. 2018.

TCHAM, Ismael. **A africa fora de casa, sociabilidade trânsito e conexões entre os estudantes africanos no brasil**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11353/1/it.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

TREVISOL, Nicole. **Projeto Abraça Mundo busca integrar estudantes estrangeiros participantes do PEC-G**. UFSC Notícias. 2018. Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2018/06/projeto-abraca-mundo-busca-integrar-estudantes-estrangeiros-participantes-do-pec-g/>> Acesso em: 23.10.2018.

UFAL. **PEC-G oportuniza ensino superior para estudantes de países em desenvolvimento Ufal recebe anualmente vários graduandos do continente africano**. 15/05/2017. <https://ufal.br/ufal/noticias/2017/5/pec-g-oportuniza-ensino-superior-para-estudantes-de-paises-em-desenvolvimento>.

UFSC. **Programa PEC-G. Secretaria de Relações Internacionais - SINTER. 2018a**. Disponível em: <<http://sinter.ufsc.br/pec-g/>> Acesso em: 22.10.2018.

UFSC. **Programa PEC-G: Facilidades aos Estudantes**. 2018. <http://sinter.ufsc.br/pec-g/o-programa-pec-g/facilidades-aos-estudantes/>

UFSC/SINTER. **Missão, Visão e Valores**. 2018a. <http://sinter.ufsc.br/missao-visao-e-valores/>

UFSC/SINTER. **Programas Incoming e Outcoming**. 2018b. <http://sinter.ufsc.br/>

UFSC/SINTER. **Programa PEC-G**. 2018c. <http://sinter.ufsc.br/pec-g/o-programa-pec-g/>

UFSC/SINTER. **Auxílio Financeiro**. 2018d.

VIEIRA, Regina Beatriz Bevilacqua. **EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO NACIONAL: POLÍTICAS, TENSÕES E DESAFIOS**. Disponível em: <https://cavi.prodirh.ufg.br/up/65/o/politicas_ppgfe.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

YAMANAKA, Juliana Harumi Chinatti. **Construindo um caminho para o PEC-G: experiências, crenças e identidades na aprendizagem de PL2**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - PPGLA. UNB.

2013.

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15189/1/2013_JulianaHarumiChinattiYamanka.pdf.

ZANELLI, J. C. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas**. Estudos de Psicologia, v. 7, p. 79 - 88, 2002.
<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7nspe/a09v7esp.pdf>